Periódico
DFN 52
ex. 2

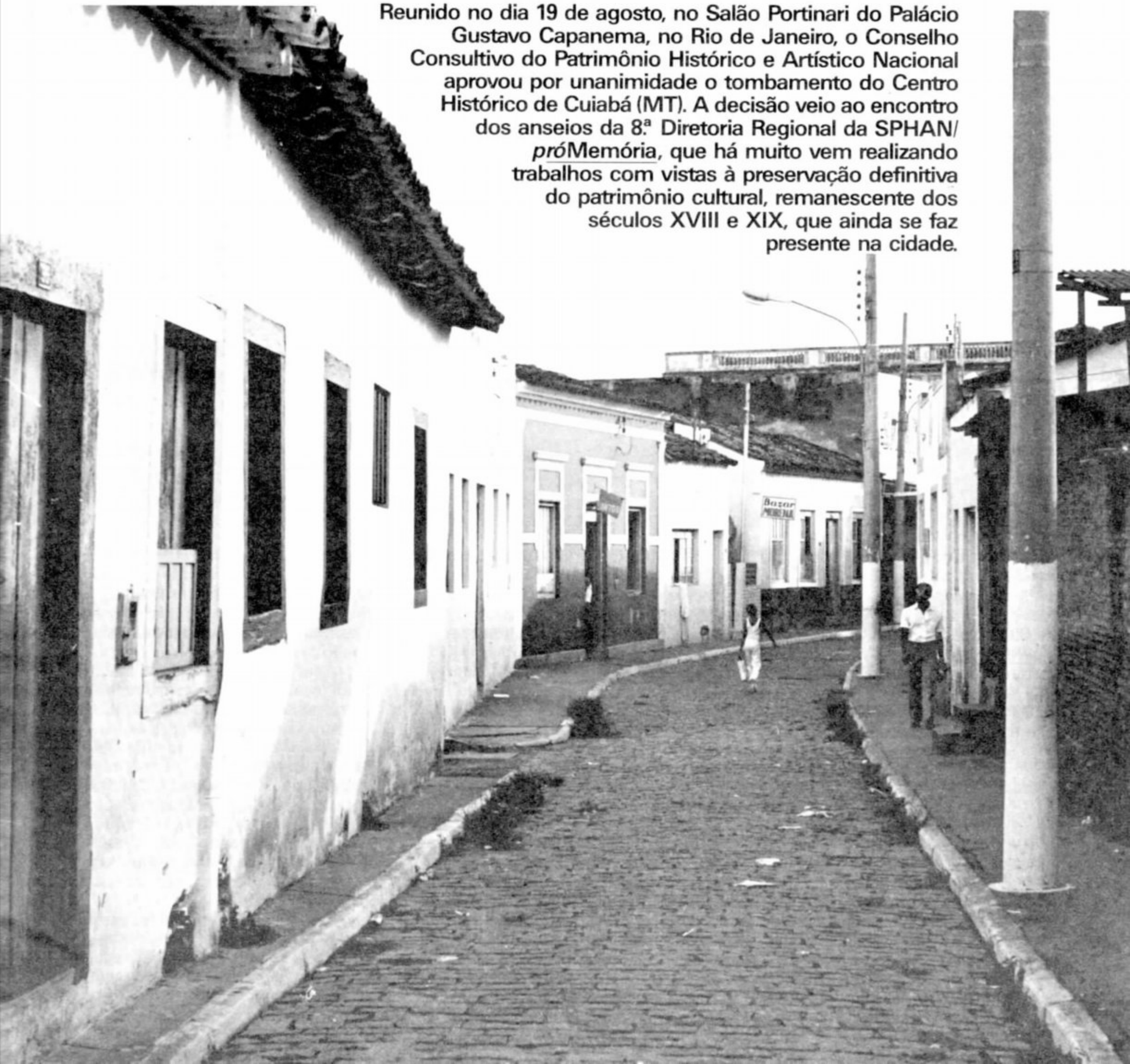
Setembro/outubro de 1988
Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Cultura
Av. Rio Branco, 46 — 2.º andar — Centro
Rio de Janeiro — RJ — 20.090
ISSN 0101 - 3467

SPHAN 43
***pró*Memória**

CUIABÁ

Mais um Centro Histórico preservado

Reunido no dia 19 de agosto, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional aprovou por unanimidade o tombamento do Centro Histórico de Cuiabá (MT). A decisão veio ao encontro dos anseios da 8ª Diretoria Regional da SPHAN/ *pró*Memória, que há muito vem realizando trabalhos com vistas à preservação definitiva do patrimônio cultural, remanescente dos séculos XVIII e XIX, que ainda se faz presente na cidade.



A aprovação do tombamento do Centro Histórico de Cuiabá (MT), cidade nascida com a mineração no século XVIII, pelo Conselho Consultivo da SPHAN, é resultado de estudos empreendidos por uma comissão de técnicos locais e da SPHAN/*pró*Memória com o objetivo de preservar uma área urbana, que, apesar das transformações por que passou, mantém até os dias atuais a estrutura constituída entre os séculos XVIII e XIX (*SPHAN n.º 13,* págs. 5 a 10).

A preocupação com o destino do Centro Histórico da capital matogrossense surgiu no início da década de 80, coincidindo com o aprofundamento da filosofia de trabalho da SPHAN/*pró*Memória em envolver Estados e Municípios na política de preservação do patrimônio cultural do país.

A solicitação de tombamento ocorreu em agosto de 1985, feita pela 8ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória com base nos estudos promovidos pela citada comissão, que, a princípio, sugeria a proteção de duas áreas englobadas por um único entorno: a área central e a do Porto. Em seguida à abertura do processo, estas áreas foram tombadas provisoriamente pela Prefeitura Municipal.

Devido a razões de ordem técnica, a proposta da 8ª DR incluiu apenas a área central e o seu entorno. A documentação foi encaminhada ao setor competente da SPHAN/*pró*Memória, que, após avaliações técnicas e negociações com a Regional, fixou um trecho da área central e o entorno como objeto de proteção.

Em outubro de 1987, a SPHAN/*pró*Memória tombou provisoriamente o trecho, reforçando a mesma providência tomada pela Prefeitura, no sentido de garantir a integridade do local até o tombamento definitivo, capaz de interromper a progressiva dilapidação do patrimônio cuiabano a cargo de uma renovação urbana desordenada, que não tem respeitado o acervo construído e sua ambiência.

Justificativa

O tombamento justifica-se porque aquele trecho mantém íntegro o traçado urbano colonial e sobre ele guarda as marcas do processo cultural de Cuiabá: os casarões do século XVIII (ainda que alguns modificados), as edificações ecléticas do século XIX e mesmo exemplares da arquitetura dos anos 50 e 60 deste século, tão comum nas cidades brasileiras. Esse acervo construído *conta* a história da formação do Centro (sendo, portanto, expressão cultural da cidade) e das atividades ali desenvolvidas.

Pode-se afirmar que o Centro é a própria história da cidade. Seu espaço urbano e arquitetura dão-lhe personalidade histórico-cultural e conferem-lhe identidade. No entanto, o desenvolvimento experimentado por Cuiabá nos últimos anos vem exercendo forte pressão sobre o Centro da cidade. O atual crescimento acelerado vem provocando a descaracterização de praças e da arquitetura, além da alteração das relações entre os seus componentes.

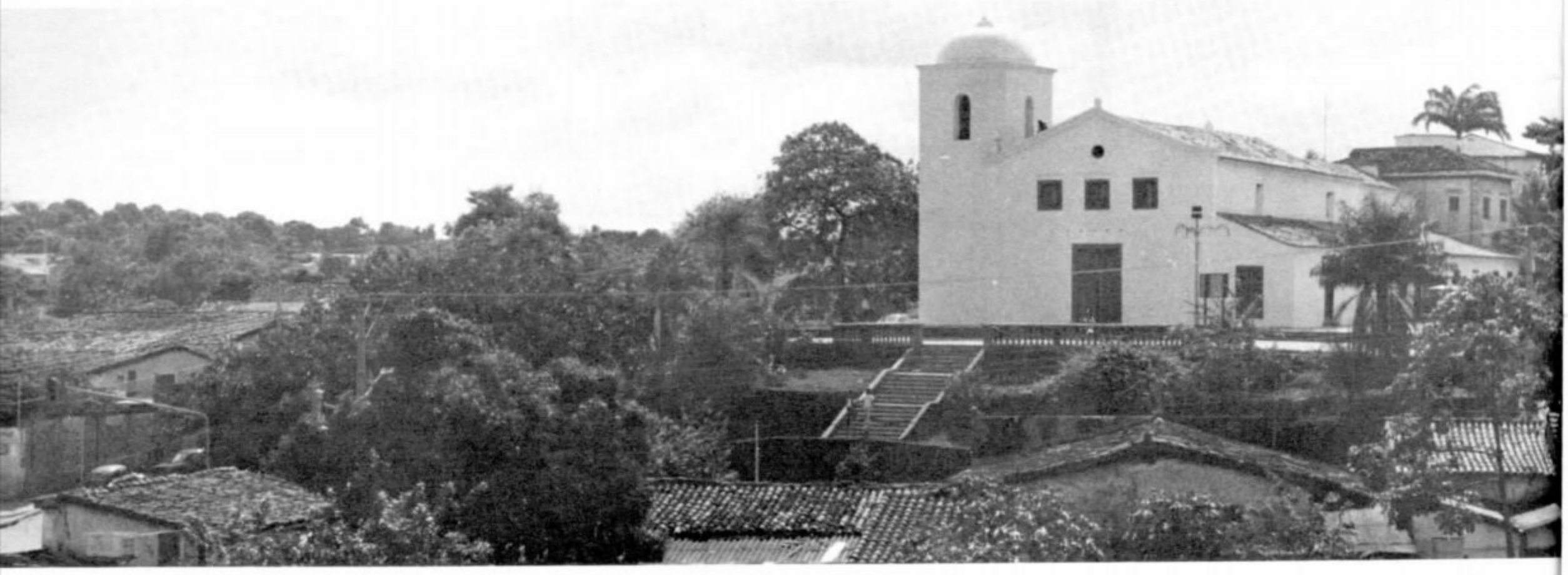
Diante desse quadro, o tombamento vem também como medida disciplinadora das pressões exercidas sobre o local, tais como tráfego intenso de veículos e propostas de verticalização, que transfiguram e desfiguram aquele espaço. A estrutura das ruas *desenhada* no século XVIII e do terreno não comporta a verticalização no Centro; a construção de edifícios com altura superior à dos sobrados demandaria a implantação de uma infra-estrutura que a área não tem condições físicas de suportar.

Histórico

O Centro Histórico de Cuiabá, a partir do qual a cidade se estruturou, começa na colina do Rosário — onde está localizada a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, tombada pela SPHAN — e alcança as Praças Alencastro e da República. A tomada de posse dessa área, originalmente dos índios *Borôro*, inicia-se com a descoberta das lavras em outubro de 1722. A Mina do Rosário, a maior da região, deu origem à cidade plantada no Centro Geodésico da América do Sul.

A facilidade de ocupação dos terrenos localizados à margem direita do Córrego da Prainha e a efervescência do ouro direcionaram o crescimento do Arraial do Cuiabá (depois Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, categoria a que foi elevado a 1º de janeiro de 1727), conquistando ao arvoredo e mato cerrado o espaço de seu sítio urbano, ocupando as margens do riacho, subindo e descendo morros e encostas, num desenho típico das cidades mineradoras do século XVIII.

A sua fase mineradora foi curta, embora intensa, não cobrindo uma década — de 1722 a 1730. No entanto, mesmo a partir daí, outras lavras



Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, vista do Morro da Prainha

Foto: Maria da Graça Queiroz

foram exploradas, dando continuidade à marca da mineração.

Do ponto de vista político-administrativo, Cuiabá foi núcleo polarizador de 1727 (quando elevada a Vila Real) a 1761 (quando se concluiu a transferência dos órgãos administrativos para Vila Bela da Santíssima Trindade, então sede da Capitania). Após cerca de meio século, período durante o qual Vila Bela centralizou a vida político-administrativa da Capitania, Cuiabá retomou a hegemonia que mantém até hoje.

Cuiabá consolidou o seu espaço urbano e assumiu uma função de *metrópole*, administrativa, econômica e politicamente, o que lhe conferia uma autonomia considerável. Tal situação passou a preocupar o Governo português, que, desejoso de um maior controle dos negócios coloniais, criou em 1748 a Capitania de Mato Grosso — até então as minas cuiabanas estavam subordinadas à Capitania de São Paulo —, determinando que sua capital fosse erguida na região do Guaporé (onde anos antes haviam sido descobertas novas minas), para, ostensivamente, marcar ali a presença lusa face aos espanhóis. Esta decisão alterou radicalmente o papel administrativo e político da Vila de Cuiabá, embora sem conseguir transformar, na mesma proporção, seu amadurecimento econômico.

Nas últimas décadas do século XVIII, Vila Bela da Santíssima Trindade, a capital erguida no Guaporé, encontrava-se em decadência com a queda na produção aurífera. E Cuiabá passou a ser apontada como o local mais adequado para sediar o Governo da Capitania.

A mudança da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro e as lutas de Independência nas colônias espanholas fronteiriças a Mato Grosso reforçaram ainda mais a posição de Cuiabá, onde passaram a residir os dois últimos Governadores e para onde foram deslocados os principais órgãos administrativos, no período de 1807 a 1821. Em 1818, Cuiabá foi elevada à categoria de Cidade, e em 1835, a capital da Província, formalizando uma situação de fato.

Sua urbanização foi lenta mas crescente, na Colônia, no Império e na República Velha. A partir, porém, da *Marcha para o Oeste*, no período do Estado Novo, passou a apresentar taxas de urbanização superiores às do Estado, da região e do país: 42% em 1940, 48,6% em 1950, 79,3% em 1960, 87,7% em 1970. A estas últimas taxas correspondem reflexos graves sobre o espaço urbano, particularmente no que diz respeito à preservação arquitetônica e urbanística.



Residência à Rua Pedro Celestino, no Centro Histórico de Cuiabá

Foto: Arquivo SPHAN/pró-Memória

Outras decisões

A reunião do Conselho Consultivo da SPHAN tratou ainda de uma série de outros assuntos, a maioria deles referente a solicitações objetivando a liberação de obras guardadas nos principais museus brasileiros para integrarem diversas exposições no exterior. As solicitações, todas atendidas, permitirão a difusão do acervo cultural brasileiro em países como Itália, Espanha, Portugal e Estados Unidos.

O destaque, no entanto, ficou por conta dos processos que traziam pedidos para realização de construções em determinadas áreas do Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro. Como o Parque é tombado e constitui-se monumento paisagístico, somente dois foram atendidos pelo Conselho: o primeiro pedido foi o da construção da sede da Confederação Brasileira de Vela e Motor, que terá de respeitar a altura máxima de dois pavimentos; o outro, do Centro Cultural da Glória, que deverá ser a sede da Fundação Parque do Flamengo, criada recentemente pela Prefeitura do Rio. Nesse caso, todavia, o Conselho Consultivo fez restrições a uma parte do projeto, que previa a instalação de um restaurante e um circo aquático. Como o Parque já possui dois restaurantes e o circo aquático não constava do projeto original, que prevê também a instalação de um aquário, um umbráculo e um auditório, estes foram negados.

Em outubro, Conselho Consultivo cancela reunião

"Os membros do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na sua chegada a Brasília, a caminho de Pirenópolis, onde se reuniriam para o tombamento do núcleo histórico daquela cidade, surpreendidos com a inesperada demissão do Secretário da SPHAN e, nesta qualidade, Presidente do referido Conselho, decidiram, pelas inaceitáveis razões da demissão, não comparecerem à reunião tendo em vista as tradições de integridade e de espírito público que sempre nortearam as ações dos dirigentes da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde a sua fundação, há 51 anos, tradições estas ora confirmadas pela conduta irrepreensível do professor Oswaldo José de Campos Melo. Brasília, 20 de outubro de 1988. Assinado: Solon Leontsinis, Gilberto Ferrez, Eduardo Kneese de Mello, Lourenço Luiz Lacombe, Alcidio Mafra de Souza, Max Justo Guedes, Modesto Carvalhosa, Francisco Iglesias, Maria Beltrão, Olavo Lima Junior."

Desta forma, o ponto facultativo decretado pela Prefeitura Municipal para que a comunidade pudesse comparecer e fazer a festa do tombamento de Pirenópolis, antigo núcleo minerador da época da colonização de Goiás, foi em vão. O Theatro de Pirenópolis, palco da festa, totalmente lotado, assistiu apenas ao discurso emocionado do historiador e relator do processo de tombamento, Francisco Iglesias, que falou em nome do Conselho Consultivo dando ciência, à população, da nota oficial. Autoridades estaduais e municipais também externaram seu constrangimento. A banda de música calou-se.

Projeto resgata memória sócio-cultural de Cataguases



Prefeitura Municipal: exemplar da arquitetura local

Promover o registro da história oral da cidade, fazer o levantamento do acervo de obras de arte, de fontes documentais da história, de todo e qualquer material capaz de evidenciar sua memória sócio-cultural e realizar o inventário de seus bens móveis e imóveis, estes são os objetivos do projeto "Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases", que a SPHAN/*pró*Memória através da sua 7ª Diretoria Regional, em Minas Gerais, e da Coordenadoria de Referência Cultural, está desenvolvendo em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo — SMCET — e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — FAFIC —, de Cataguases.

O projeto, que visa também assessorar a SMCET no desenvolvimento de sua política cultural, teve início no começo do ano quando, a convite da Prefeitura de Cataguases, uma equipe de técnicos da SPHAN/*pró*Memória esteve em visita à cidade, para discutir, junto às autoridades, lideranças e membros da comunidade, as alternativas para a realização de um trabalho visando resgatar a memória cultural local.

O contato dos técnicos com os diversos segmentos da sociedade cataguassense possibilitou detectar alguns assuntos que merecem destaque na realização do projeto. Para a Professora Vera Lúcia Barbosa Pinto, do departamento de Pedagogia da FAFIC, "recontar a história de Cataguases implica considerar a questão indígena, analisar a transição da mão-de-obra escrava para o trabalho assalariado, numa abordagem que pense Cataguases no contexto da Zona da mata mineira".

Quanto ao cadastro de bens móveis e imóveis, foi enfatizada a importância de se considerar não só o valor histórico e artístico, como também as referências de outra natureza, que o patrimônio ambiental urbano oferece à população — locais de encontro, caminhos preferidos, espaços coletivos de lazer e culto, etc. A respeito dos estudos



Escultura de Jan Zach, que integra o acervo de obras de arte da cidade

Fotos: Antonio Fernando

de evolução urbana, foi também ressaltada a predominância de conjuntos ecléticos com exemplares isolados de arquitetura moderna de grande expressão, e a ausência quase total — à primeira vista um único exemplar — da arquitetura art-deco.

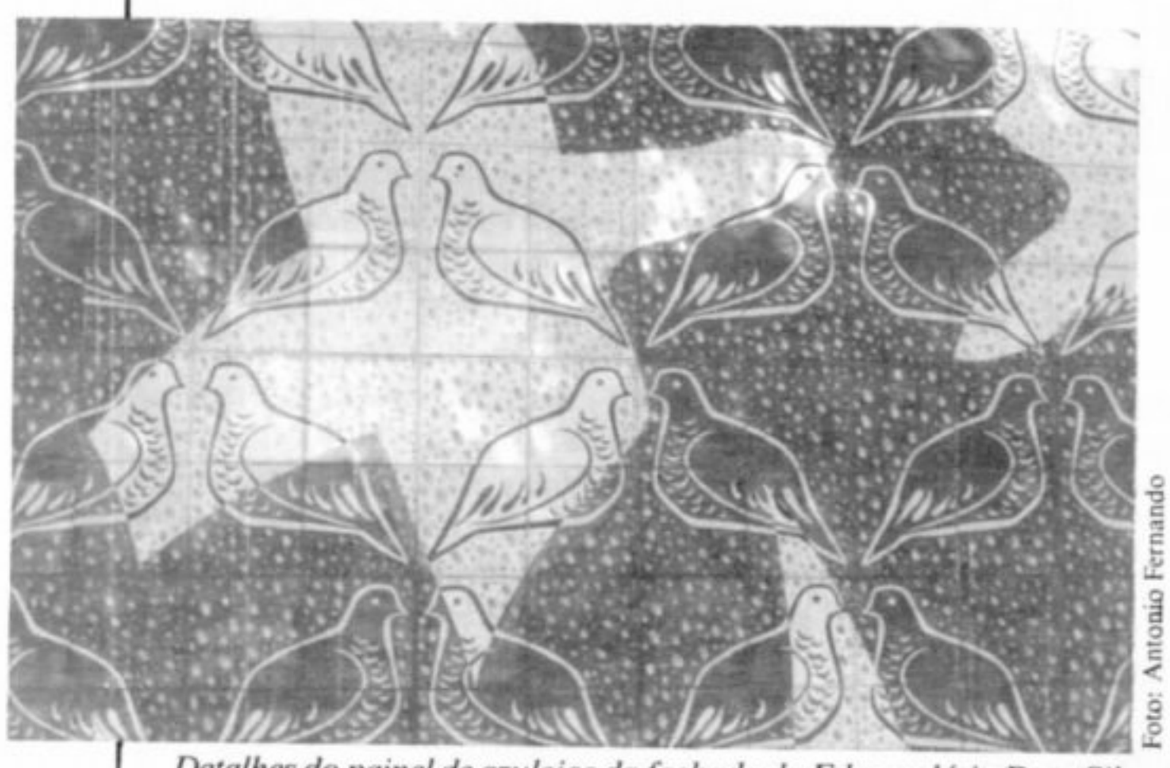
Com relação ao levantamento de documentação histórica, etnográfica, iconográfica e cartográfica, suporte necessário aos estudos de evolução urbana, ao cadastro de bens imóveis e móveis e ao registro da história oral, está em andamento a criação de um Centro de Memória, capaz de subsidiar pesquisadores, professores, estudantes, visitantes e demais interessados na história da cultura brasileira, na qual Cataguases está inserida como capítulo expressivo na formação cultural das Minas Gerais. O Centro deverá ser instalado na Chácara de Dona Catarina, antigo imóvel que necessita passar por obras de restauração. Lá, funcionará também o Museu Alípio Vaz. O projeto estabelece ainda a importância de os acervos documentais permanecerem no município, e de se evitar a evasão dos bens culturais para os grandes centros.

Uma atividade, no entanto, segundo opinião dos técnicos da SPHAN/*pró*Memória, foi de fundamental importância para a execução do projeto logo no seu início: as Oficinas de Pesquisa sobre História Oral, Memória Visual e Inventário de Bens Culturais Imóveis, Móveis e Integrados. Instaladas no prédio do antigo Comercial Clube, as Oficinas tinham a finalidade de preparar a equipe envolvida no trabalho — formada também por estagiários — para utilizar todo e qualquer material, método e técnica necessários.

Até o momento, o projeto está em pleno desenvolvimento. Mais de 30 entrevistas foram realizadas na pesquisa oral e o inventário dos bens culturais encontra-se em fase avançada.

Para a comunidade de Cataguases é fundamental conjugar os verbos descobrir, localizar e reunir, além de organizar as fontes documentais da história local, através de biografias, narrativas, histórias de vida, descrições, análises, fotografias, filmes, vídeos, jornais, revistas, romances, poesias, teatro, músicas, pinturas, enfim, o que for possível para resgatar a memória sócio-cultural da cidade.

Uma herança modernista



Detalhes do painel de azulejos da fachada do Educandário Dom Silvério Anísio Medeiros...

Foto: Antonio Fernando



... e do mural da capela do Educandário Dom Silvério Emeric Marcier

Segundo estudiosos, o que destaca Cataguases no cenário cultural mineiro, onde despontam cidades do início do século XVIII, é a experiência modernista de que foi alvo a partir dos anos 40, especialmente no que se refere à arquitetura, artes plásticas, cinema e literatura. Além de expressivos exemplares da arquitetura eclética, fazem parte do acervo arquitetônico da cidade várias edificações projetadas por renomados arquitetos brasileiros. O Colégio de Cataguases, por exemplo, tem seu projeto assinado por Oscar Niemeyer, que também fez o risco da residência de Francisco Inácio Peixoto, industrial, artista e intelectual que passou para a história como grande mecenas de Cataguases e um dos maiores responsáveis pela reunião do importante acervo cultural da cidade.

Muitos artistas deixaram por lá obras de grande valor, entre eles Djanira, autora do painel de azulejos da fachada principal da Igreja de Santa Rita. Ainda Lasar Segall, Anita Malfatti, Toulouse Lautrec, Picasso, Volpi, Portinari, entre outros artistas plásticos, podem ser encontrados em telas, murais e painéis que integram várias coleções particulares.

Na literatura, Cataguases teve expressivos movimentos, com destaque para a revista Verde, *fundada em 1927 por um grupo de jovens literatos e que teve colaboradores importantes como Mário de Andrade, Edmundo Lins e Carlos Drummond de Andrade. No cinema, sobressai o talento do cineasta Humberto Mauro, que durante vários anos viveu na cidade, onde iniciou sua experiência cinematográfica, tendo como mentor o imigrante italiano, fotógrafo, Pedro Comello, pai de Eva Comello. Eva, com o pseudônimo de Eva Nil, além de dar continuidade ao trabalho fotográfico do pai, foi atriz de filmes de Humberto Mauro, o que lhe deu lugar de honra na galeria dos pioneiros do cinema brasileiro.*

Cataguases, que no dia 7 de setembro completou 111 anos de fundação, tem hoje uma população de aproximadamente 85 mil habitantes. Em 1877, a então Vila, formada por seis ruas, duas praças e 450 pessoas, era elevada à condição de município. Como a maioria das cidades da Zona da Mata mineira, teve sua economia inicialmente baseada na lavoura do café, o que levou à criação, no final do século passado, da Estrada de Ferro Leopoldina, com o objetivo de promover o escoamento da produção cafeeira da região para os principais portos de exportação do país.

Com a decadência da lavoura do café, no início do século, e com a criação, em 1988, da Cia. de Força e Luz de Cataguases/Leopoldina, teve início o processo de industrialização no município, com a implantação, em 1905, da primeira indústria local: Tecidos Irmãos Peixoto, seguida da criação de várias outras empresas ainda na área têxtil, e de indústrias de papel e celulose, bem como de laticínios. Como conseqüência da industrialização, 60% de sua atual população é constituída de operários.

Igreja de Santa Ṙita. Em destaque, painel de Djanira



Fotos: Arquivo SPHAN/*pró*Memória

CEARÁ

Inventário de bens imóveis valoriza patrimônio cultural

O projeto-piloto de Inventário que vem sendo desenvolvido no Ceará consiste na retomada de uma primeira iniciativa feita nesse sentido, em 1982, pela Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza, que à época não teve continuidade. A escolha da zona rural como primeira etapa do trabalho deve-se à existência de dados coletados na experiência anterior e à sua proximidade em relação a Fortaleza. Segundo o arquiteto Domingos Linheiro, diretor da 3ª DR da SPHAN/*pró*Memória, "esse talvez não seja o local onde há maior concentração de exemplares, mas por se tratar de um projeto-piloto temos que ter facilidade de transporte e assim reduzir os custos operacionais".

Outro fator contribuiu ainda para essa escolha: a dificuldade de abordagem da zona urbana, onde os conjuntos arquitetônicos estão geralmente comprometidos quanto à sua feição original, dificultando sua delimitação e a compreensão do processo das edificações. Além disso, a proximidade da região escolhida com a capital, Fortaleza, revela aspectos que devem ser levados em conta — a intensificação de loteamentos nas zonas rurais, a rápida urbanização de alguns distritos e a expansão do processo de industrialização — por tornarem o acervo existente na região bastante perecível.

A 3ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória, que abrange os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, vem realizando, desde 1987, o projeto piloto do Inventário de Bens Culturais Imóveis na Região Metropolitana de Fortaleza (CE). O estudo se atém inicialmente à zona rural de seis municípios — Fortaleza, Caucaia, Aquiraz, Maranguape, Pacatuba e Maracanaú —, abordando edificações de interesse cultural ainda existentes na região, remanescentes, em sua maioria, do século XIX e início do XX.

O principal objetivo do Inventário é promover o conhecimento dos bens culturais imóveis do Ceará, etapa importante para a compreensão da história local, de acordo com Domingos Linheiro. "O Ceará é um Estado muito isolado e muito pouco estudado em termos de sua arquitetura", afirma o arquiteto. O trabalho pretende também possibilitar o reconhecimento público da importância histórica, artística e cultural desse acervo e contribuir para o fortalecimento de uma política de preservação do patrimônio arquitetônico do Estado.

Conforme explica Domingos Linheiro, a realização e posterior publicação do Inventário são também meios de proteção e preservação. "Na medida que os proprietários têm inventariado o seu sítio, a sua casa de fazenda, e isso é publicado, já há um certo reconhecimento do valor desses exemplares, que dificilmente poderiam ser tombados a nível federal, pois têm uma importância muito local", conclui.

Metodologia

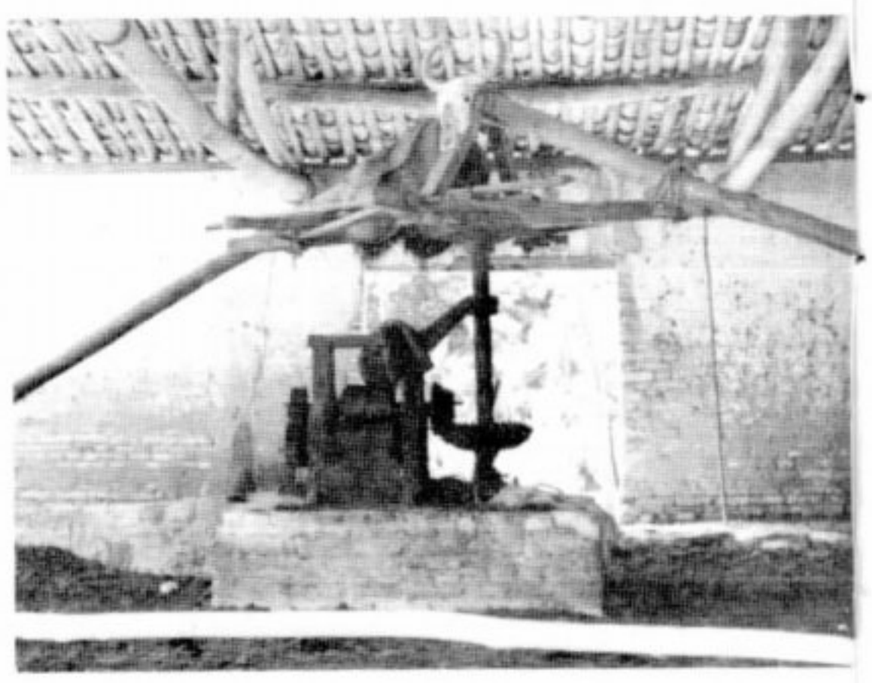
Inicialmente, os técnicos envolvidos no estudo se concentraram no conhecimento e sistematização do material resultante da experiência de 1982 e em outros trabalhos similares realizados no país, em especial na Bahia, em



Engenho Valdemar Simião. Imóvel inventariado no município de Aquiraz



Detalhe do interior do engenho



Moenda que serve na produção de rapadura

Natividade (GO) e Magé (RS). Em seguida, o município de Caucaia passou a ser estudado, permitindo a definição de procedimentos e fases do processo de inventariação.

Foi então elaborada uma ficha padrão de campo e outra definitiva, com dados essenciais sobre a edificação, levantamento gráfico e fotográfico, obtidos através de viagens de reconhecimento aos locais estudados. A ficha de campo apresenta duas ou três fotografias do imóvel e detalhes do seu interior, um pequeno mapa de localização, relacionando-o com as vias de penetração próximas, e ainda a planta baixa do prédio no verso. A seleção e sistematização desses dados irão compor a ficha definitiva. Está sendo formado, também, um fichário de diapositivos para eventuais apresentações, além da elaboração de um texto abordando aspectos da formação sócio-econômica da região.

Outro procedimento adotado foi a pesquisa *in loco*, principalmente através do depoimento de moradores da região, medida necessária uma vez que há um grande desconhecimento do patrimônio cearense e escassa bibliografia especializada. Para o diretor regional, isso acontece por se tratar de "uma arquitetura extremamente popular, que não tem autor e não se encontra em qualquer pesquisa ou arquivo, mas através de informação oral".

Dessa forma, foram descobertas edificações muito interessantes, "onde se nota perfeitamente o que é a adversidade de clima e solo, permitindo soluções de arquitetura bem típicas e o aproveitamento de materiais locais, como a carnaúba, por falta de outras alternativas em um Estado pobre como o Ceará". Para Linheiro, destacam-se as capelinhas simples, pequenos engenhos de rapadura e as casas de fazenda, esparramadas, com grandes telhados e avarandadas, de um tipo de arquitetura que não é comum e que, "embora não sendo de grande interesse nacional, merece ser registrado, porque está acabando, sumindo", afirma.

A definição de outras regiões para etapas seguintes do Inventário se dará segundo um critério de conhecimento prévio da presença de bens imóveis de interesse cultural, informada pela leitura de bibliografia especializada ou por depoimentos de terceiros. Para viabilizar a continuidade do trabalho, a 3ª Diretoria Regional está procurando a parceria dos órgãos estaduais ligados à área do Patrimônio Histórico e o assessoramento das Coordenadorias Geral de Preservação de Bens Culturais e Naturais e de Documentação e do Programa de Inventário Nacional de Bens Imóveis, da SPHAN/*pró*Memória.

Zona rural, perfil

O povoamento do Ceará se deu através da expansão da pecuária extensiva, economia inscrita na estrutura agroexportadora colonial como fornecedora de derivados do boi — principalmente a carne — ao litoral açucareiro.

A região compreendida na primeira etapa do Inventário, a zona rural da Região Metropolitana de Fortaleza, teve ocupação demográfica sem grande significado até o final do século XVIII, quando, na passagem para o século XIX, o processo de hegemonia da cidade de Fortaleza consolidou e ampliou a ocupação da região. A base econômica estava em algumas fazendas de gado, nos engenhos de rapadura, nas casas de farinha, nos sítios do chamado microciclo da cera de carnaúba, ou pequenos sítios onde a produção tinha o caráter de subsistência.

Essas atividades, dado o seu porte e o mercado ao qual se voltavam, viabilizaram uma arquitetura com características próprias, que buscou sempre a forma mais simples de construir, utilizando os recursos locais — mão-de-obra e materiais de construção —, resultando em uma arquitetura de feição singela. O Inventário se detém nesse conjunto de edificações, a partir do reconhecimento do seu valor histórico e artístico a nível local.

No quadro econômico atual da Região Metropolitana de Fortaleza subsistem diversas atividades de caráter eminentemente rural ocupando extensas áreas, que sofrerão transformações em virtude da rápida urbanização que se verifica hoje. O processo de desenvolvimento da região, desde o século XIX, deu condições a que um conjunto de edificações surgidas no seu processo inicial de ocupação chegasse aos nossos dias cumprindo funções diversas. Em relação às atividades desenvolvidas inicialmente, alguns exemplares passam por um processo de decadência e estagnação; outros observaram alterações e uma modernização destas atividades, enquanto outros subsistem em razão do completo desuso.



Fotos: Arquivo SPHAN/próMemória

Em Caucaia, a casa do Sítio São Pedro, também inventariado

O ritmo das atividades econômicas não impôs uma reposição generalizada das arquiteturas herdadas do trabalho das gerações passadas. Por outro lado, o processo de desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza, na sua forma atual e em sua perspectiva futura, poderá levar à destruição desse patrimônio, na medida em que esses edifícios não forem incorporados à nova estrutura espacial que se impuser.

A Região Metropolitana de Fortaleza ocupa hoje uma área correspondente a 2,4% do território do Estado do Ceará, abrigando cerca de 1.616.000 habitantes — 30% da população do Ceará. O contingente da população urbana é quase vinte vezes maior que o da população rural.

Berquó, restaurado, é devolvido a Salvador



Fotos: Arquivo SPHAN/*pró*Memória

Solar Berquó, antes da restauração



Após seis anos de trabalhos, que recuperaram a integridade arquitetônica do imóvel, a SPHAN/*pró*Memória, através da 5ª Diretoria Regional, devolveu, em solenidade realizada no dia 30 de setembro passado, à cidade de Salvador, o Solar Berquó, que agora passa a sediar a 5ª DR com seus serviços técnicos e administrativos, além de colocar à disposição da comunidade um auditório e uma galeria para exposições.

O imóvel, adquirido pela SPHAN/*pró*Memória em maio de 1982 *(SPHAN n.º 18,* pág. 19), foi totalmente consolidado — desde as fundações, passando pelas paredes externas e internas e chegando ao telhado — já que seu estado de abandono, antes da aquisição, indicava um arruinamento acelerado, havendo, inclusive, perigo de desabamento.

Além da consolidação estrutural, foram restaurados todos os forros de gamela do teto, artisticamente trabalhados, assim como os painéis de azulejos portugueses do século XVIII, que revestem o pavimento nobre (1º andar) da edificação. A casa possui, também, importantes elementos de cantaria (portada principal, arco do saguão, cercaduras das portas, conversadeiras das janelas, etc.), que foram totalmente restaurados, pois apresentavam-se deteriorados e pintados com tinta a óleo.

Obra-escola

Durante o período de restauração, que teve início em novembro de 1982 (*SPHAN n.º 22*, pág. 38), a obra funciqnou, também, como escola, formando carpinteiros, pedreiros, canteiros (operários que lavram a pedra de cantaria) e profissionais em azulejaria, exercendo, dessa forma, um importante papel na capacitação de mão-de-obra qualificada para a preservação de bens culturais.

Durante as obras, foi encontrado um farto material arqueológico — pedaços de azulejos, fragmentos e peças inteiras de louça como faiança portuguesa, porcelanas chinesas, inglesas e francesas, peças de ferro, cachimbos cerâmicos e muitos outros objetos de valor histórico e artístico — constituindo-se em precioso acervo para os estudiosos. Estas peças, que caracterizam a existência de um sítio arqueológico no terreno do imóvel e em suas vizinhanças, foram expostas ao público, por ocasião da inauguração do monumento.

Histórico

Construído no século XVII (1691) e tombado pela SPHAN em 1938, o Solar Berquó possui dois pavimentos sobre a rua, subsolo e apresenta planta quase quadrada, característica das residências mais abastadas da época. O monumento é um dos mais importantes exemplares da arquitetura civil do período colonial do Brasil, possuindo excepcional valor histórico-artístico: o pavimento nobre dispõe de salões com tetos de caixotes dispostos em gamelas e paredes revestidas com painéis de azulejos portugueses do final do século XVII e início do XVIII.

No final do século XVIII, o prédio serviu como residência do então Ouvidor do Crime, Francisco Antônio Berquó, sendo desta época a denominação da casa. No século XIX (1823), foi quartel durante a Guerra da Independência, ocasião em que lá residiu o General Madeira, comandante das tropas portuguesas. Em 25 de outubro de 1824, foi assassinado em seu interior o Coronel Felisberto Gomes Caldeira, comandante de Armas da Província, vitimado por uma rebelião das tropas.

Desde o final do século XIX, funcionou no imóvel o Colégio São Salvador. Em 1980, passou a ser propriedade da Companhia de Renovação Urbana de Salvador (RENURB), órgão da Prefeitura Municipal, que o vendeu à SPHAN/*pró*Memória em maio de 1982. As obras, inicialmente sob o regime de empreitada, passaram ao regime de administração direta da 5ª Diretoria Regional, a partir de 1985.

A entrega do Solar Berquó, após sua total recuperação, representa um significativo acontecimento para a SPHAN/*pró*Memória, pois o monumento, localizado à Rua Visconde de Itaparica, 8, no Centro Histórico de Salvador, Patrimônio Cultural da Humanidade reconhecido pela UNESCO, foi salvo de arruinamento e reinserido na vida da capital baiana.

Paraty:





Tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1958, Paraty (RJ), uma das mais importantes cidades históricas do Brasil e cotada para ser também patrimônio da humanidade, possui, no clima tradicional que a envolve e na recepção hospitaleira de seu povo, algo que só deixa ao turista a opção de admitir que valeu a pena conhecê-la, principalmente se este tem a oportunidade de se deliciar com uma lula à moda, especialidade da cozinha paratyense, ou a saborosa pinga que deu fama à cidade, até mesmo em letra de música.

É respeitando essa tradição que a SPHAN/*pró*Memória procura cuidar do patrimônio cultural de Paraty, através do seu Escritório Técnico instalado num antigo e aconchegante sobrado no Centro Histórico da cidade. O ET Paraty, como pode ser chamado mais intimamente, foi um dos primeiros a funcionar no âmbito da instituição — desde 1983 —, ligado à 6ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória, objetivando manter uma relação mais próxima entre o principal órgão de preservação da memória e a própria cidade e buscando um entendimento harmonioso com todos os segmentos da sociedade local.

O relacionamento do ET Paraty com a população — cerca de 27 mil habitantes — é definido por sua responsável, Maria Emília Matos, como sem limite. Os técnicos da SPHAN/*pró*Memória, alguns nascidos na cidade, participam de todos os eventos, atividades e datas comemorativas, procurando não só dar orientações técnicas quando se trata do patrimônio histórico, como prestar simples colaboração num evento neutro. "Para se ter uma idéia, participamos até de comemorações particulares, festas de aniversário, pois hoje a relação que temos com toda a cidade acontece também no lado afetivo. Aqui conhecemos todos e também somos respeitados por todos. E o que é mais importante: recebemos um grande apoio das autoridades locais, principalmente da Prefeitura, da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, com sede em Paraty, e da paróquia, que é muito atuante na cidade", explica Maria Emília.



No Centro Histórico de Paraty, a restauração da Igreja de Santa Rita

Nos últimos dois anos, o ET Paraty e a Prefeitura vêm desenvolvendo uma série de trabalhos em conjunto. De julho de 87 a janeiro de 88 pôde ser restaurado o prédio principal — alojamento — do Forte Defensor Perpétuo, resultado de um convênio em que à SPHAN/*pró*Memória coube o projeto e o material e à Prefeitura, a mão-de-obra. A etapa seguinte, já em andamento, é a restauração da Casa da Pólvora, que terá o telhado recuperado, assim como a parte de alvenaria — em bom estado.

O mesmo critério de realização conjunta foi utilizado na Igreja de Santa Rita, onde, desativada para o culto religioso, funciona o Museu de Arte Sacra de Paraty. A obra, realizada de se-

tembro de 87 a julho de 88, constou de restauração da parte interna da Igreja, com substituição do reboco deteriorado, higienização dos altares, pintura e manutenção geral do telhado, com imunização de toda a madeira. A imunização é um trabalho que deve ser feito constantemente em Paraty, pois o salitre e a ação dos cupins agem muito fortemente sobre as peças. Além disso, foi necessário também uma atuação no sentido de combater a umidade, que nos últimos anos vinha atacando a estrutura do monumento. Para isso, retirou-se o aterro da frente e da lateral da Igreja, quando foi encontrado parte do antigo calçamento e refeitas as partes faltantes. Atualmente, a Igreja de Santa Rita encontra-se em fase de restauração externa, também com substituição do reboco, limpeza de cantaria e pintura geral.

Outro trabalho que merece destaque foi a montagem de uma exposição de artes plásticas, na Igreja Matriz, a partir da coleção de Marino Gouveia, colecionador paulista que chegou a Paraty na década de 60. Muito ligado a personalidades como Anita Malfati e Mário de Andrade, Marino Gouveia, fundador de uma das primeiras galerias de arte da cidade, doou ao Instituto Histórico e Artístico de Paraty um acervo de aproximadamente 50 quadros, que o Escritório Técnico organizou obedecendo a cronologia da história da pintura.

O ET Paraty está presente ainda nos inúmeros eventos que movimentam a cidade, atraindo grande quantidade de turistas. O calendário de festividades é vasto, reservando quase que a cada mês uma festa, especialmente de cunho religioso, já que a religião é um ponto forte da população paratyense. Entre as principais, destacam-se: Semana Santa; Festa do Divino, 40 dias após a Páscoa; Festa de Santa Rita, no final de julho; Festa da Padroeira — Nossa Senhora dos Remédios —, em setembro; e Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito — em novembro, entre outras.

Administrar o assédio dos produtores de cinema, atraídos pelo patrimônio paisagístico da cidade, é também uma função do Escritório Técnico. Nesses casos, o ET vem adotando o critério de permitir a realização das filmagens, desde que esta se reverta em benefício da própria cidade. Ou seja, filmes como *O Boto* e *A Bela Palomeira*, que tiveram Paraty como cenário, possibilitaram a restauração da Capela Santa Cruz da Generosa e um dos três Passos da Paixão — que se encontra na Igreja de Santa Rita —, a partir de doações feitas pelos cineastas.



Festas religiosas, sempre uma atração



Capela Santa Cruz da Generosa

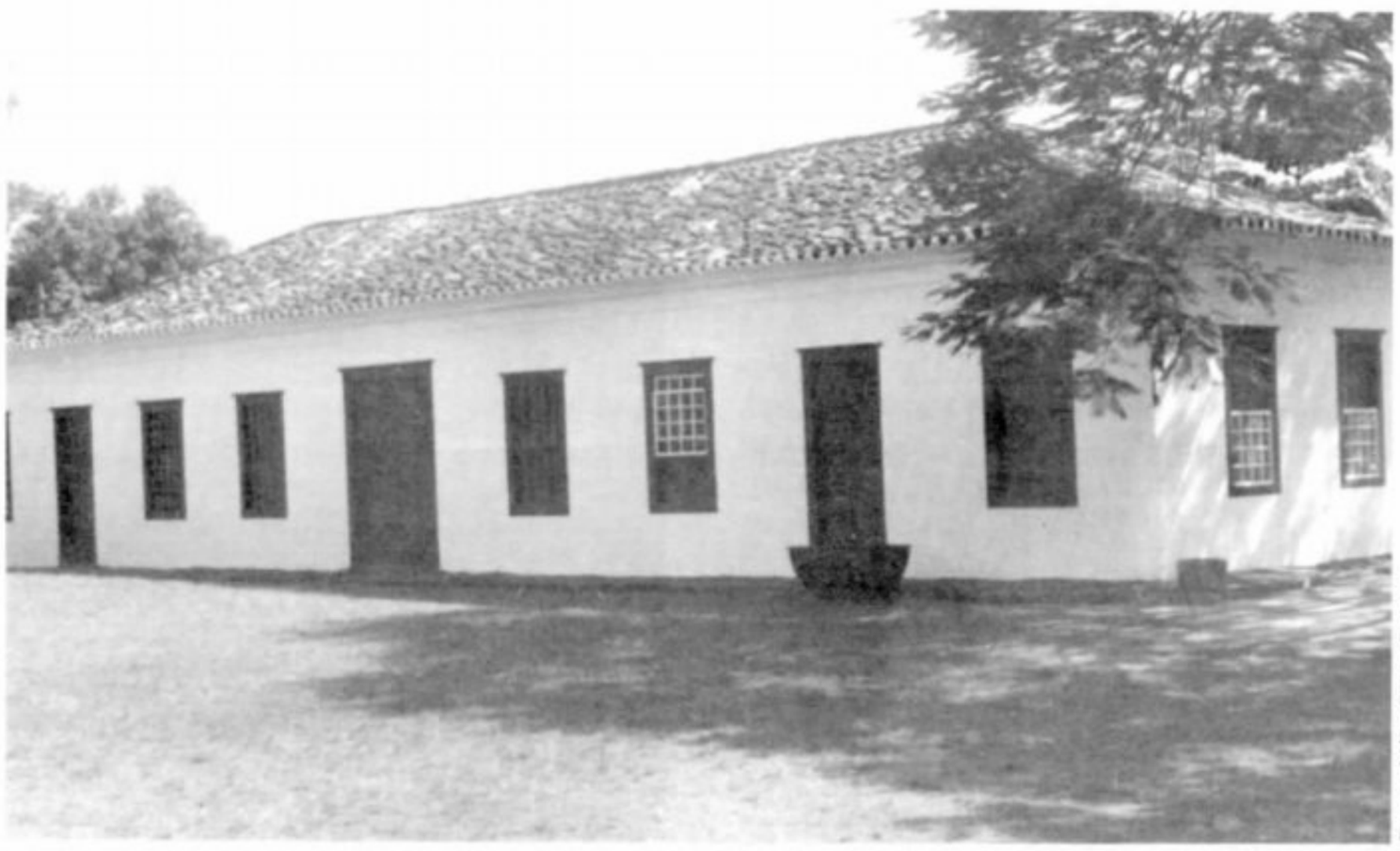
Além dos trabalhos que executa em Paraty, o Escritório Técnico da SPHAN/*pró*Memória é responsável também pela fiscalização e acompanhamento do patrimônio histórico existente em Angra dos Reis e Mambucaba, cidades vizinhas que possuem vasto acervo cultural, boa parte dele tombado.

A defesa do porto

No século XIX, o município de Paraty possuía algumas fortificações e baterias que objetivavam proteger o porto e a cidade, à época importante entreposto comercial por onde escoava toda a produção de ouro das Minas Gerais. Entre as fortificações de Ponta Grossa, Ilha das Bexigas, Iticopê, Patatiba, Ilha do Mantimento, Forte Defensor Perpétuo e Bateria do Quartel, construídas pelos portugueses por ordem da Corte, restam apenas alguns ca-



Interior da Igreja de Santa Rita, onde funciona o Museu de Arte Sacra de Paraty



Prédio principal — alojamento — do Forte Defensor Perpétuo

Fotos: Julio César Dantas

nhões nas ruínas da fortificação da Ilha das Bexigas e no Forte Defensor Perpétuo, preservado na sua integridade.

Construído no Morro da Vila Velha, também conhecido como Morro de São Roque, do pontal ou do Forte, em 1703, o Forte Defensor Perpétuo foi armado com seis canhões. Com o declínio econômico de Paraty, ficou em ruínas até ser reconstruído em 1822, quando recebeu a denominação atual em homenagem ao Imperador D. Pedro I. Composto de terrapleno, alojamento e um dos únicos do país a possuir casa da pólvora, o forte ficou desarmado entre 1828 e 1831. Na década de 60, foi restaurado pelo então IPHAN, após ter sido tombado em 1957.

Com o passar dos anos, foi necessário um novo trabalho de restauração. Desta vez, foram feitas obras de manutenção em geral. Hoje, o Forte Defensor Perpétuo constitui-se num espaço cultural, sob a responsabilidade da 6ª DR SPHAN/*pró*Memória, onde estão instalados o Centro de Artes e Tradições Populares de Paraty e a exposição permanente *O Modo de Fazer*, que mostra os processos de confecção artesanal tradicionais na cidade.

Decorrente da atuação de técnicos do Instituto Nacional do Folclore na região, a exposição possui peças como as máscaras de Natalino, a rabeca, de Ezequiel Rosa, instrumento musical introduzido na Península Ibérica no século VIII, e o saveiro do Preá — Benedito Rita —, artesanato típico da cidade, que tem o mar como uma das fontes de subsistência. A mostra conta ainda com o conjunto de uma casa de farinha e utensílios de uma cozinha de residência da área rural, merecendo destaque o fogão de lenha de Nílson Cananéia.

A devoção em museu

Sede do Museu de Arte Sacra de Paraty, a Igreja de Santa Rita teve sua construção iniciada em 1722 pelos homens pardos libertos da escravatura em louvor ao Menino Deus, Santa Rita e Santa Quitéria. Concluída com ajuda dos devotos brancos, passou a pertencer à Venerável Irmandade da Gloriosa Santa Rita. Templo mais antigo da cidade, abrigou também as irmandades de Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora da Conceição.

Nos séculos XVIII e XIX, Santa Rita era festejada no dia 22 de maio, com muita pompa, novenário, missa cantada, procissão, leilão de prendas e arraial com barraquinhas. No século XX, o empobrecimento da Irmandade e a degradação sucessiva do templo determinaram o declínio das comemorações. No entanto, os devotos de Santa Rita continuavam a festejar a Santa em suas casas.

Em fevereiro de 1962, o então IPHAN tombou a Igreja, realizando obras de restauração de 67 a 76, ocasião em que efetuou adaptações para instalar ali o atual Museu. Só em 1984, motivados pela restauração da Igreja, os festejos foram reiniciados. Hoje, a festa acontece com a mesma pompa e a Igreja de Santa Rita, decorada como no século XIX, é aberta a toda a comunidade paratyense.

Criado através de convênio entre a Mitra Diocesana de Barra do Piraí/Volta Redonda e o IPHAN, em 1973, o Museu de Arte Sacra de Paraty surgiu com a finalidade de pesquisar, expor e dinamizar culturalmente o acervo pertencente às confrarias religiosas do município. O acervo que abriga é composto de 700 peças dos séculos XVII, XVIII e XIX, da coleção da paróquia, guardada pela comunidade por mais de dois séculos em suas residências e nas igrejas do bairro histórico.

Os objetos de culto litúrgico pertencentes às irmandades religiosas de Paraty testemunham o fervor de seus habitantes pela religião e o fausto da cidade enquanto entreposto comercial nos séculos XVIII e XIX, exemplificando uma produção artística rara. Nas coleções guardadas no Museu destacam-se as imagens de Nossa Senhora dos Remédios, em madeira dourada e policromada, do século XVIII, e de Nossa Senhora do Rosário, padroeira de Mambucaba, em terracota policromada, do início do século XVII.

O tesouro do Museu, no entanto, está depositado em vitrines especiais numa caixa-forte. Em destaque, os conjuntos de cordas e cetros de prata, do século XVIII, pertencentes ao Imperador do Divino e aos Rei e Rainha da Festa do Rosário, e a Magnífica Custódia, também de prata, do século XVIII, que expunha o Santíssimo durante a tradicional procissão de Corpus Christi. A ourivesaria, do século XIX, pode ser também observada no conjunto de ex-votos. Mesmo estando expostos no Museu, todos esses objetos permanecem vivos junto à comunidade, já que são utilizados até hoje em todas as principais festas e cerimônias solenes da paróquia, provando que a memória cultural de Paraty continua cada vez mais presente.



Nossa Senhora dos Remédios, a padroeira da cidade,...



Foto: Júlio César Dantas

... e Santa Rita, imagens em exposição no Museu

Oficina Básica de Museologia

Com o objetivo de atender à necessidade de treinamento de pessoal nos museus do Estado de Santa Catarina, a Fundação Catarinense de Cultura e a Prefeitura Municipal de Laguna (SC) promoveram, com o apoio do Sistema Nacional de Museus do Ministério da Cultura, a Oficina Básica de Museologia. O curso, de 200 horas de duração, foi realizado no Museu Anita Garibaldi, em Laguna, e teve orientação teórica e prática desenvolvida por professores e museólogos da Fundação, da Universidade Federal de Santa Catarina e do MinC.

Um dos grandes problemas enfrentados pela maioria dos museus brasileiros refere-se à capacitação de seus recursos humanos. Em diversos encontros culturais realizados em Santa Catarina, especificamente, foi apontada a necessidade de se realizar um treinamento básico e intensivo nessa área, uma vez que grande parte dos museus do Estado conta com pessoal que nunca foi treinado ou apenas assistiu a cursos rápidos, que não supriram a falta de conhecimento técnico para o desempenho de suas funções.

Foi realizada, então, entre setembro e outubro de 1987, a Oficina Básica de Museologia, no Museu Anita Garibaldi, em Laguna, reunindo dezenove participantes de museus de Florianópolis, São Francisco do Sul, Chapecó, Brusque, Videira, Urussanga, Jaraguá do Sul, Itajaí e Laguna. O curso teve como objetivos principais capacitar, não só na teoria como também na prática, funcionários ou diretores de museus para o desenvolvimento de atividades de conservação, documentação, pesquisa, museologia e programas comunitários em museus, estimular o estudo e a pesquisa da cultura regional, assim como o intercâmbio técnico e cultural entre os museus de Santa Catarina.

Metodologia

A Oficina foi dividida em dois módulos. A parte teórica foi desenvolvida através de aulas expositivas, debates, estudo de textos sobre temas básicos de Museologia, Museografia, pesquisa museológica, História Regional e Antropologia. Foram ainda realizadas palestras sobre legislação, elaboração de projetos culturais e promoções culturais em museus. As aulas práticas, que tiveram uma carga horária bem maior que as teóricas, proporcionaram a organização e introdução de técnicas museológicas no Museu Anita Garibaldi, que na ocasião encontrava-se em obras e sofria um processo de reformulação em sua proposta, orientada pelos professores da Oficina. Dessa forma, os participantes do curso, além de alunos, tornaram-se os agentes dessa reformulação, o que lhes proporciou um treinamento prático completo, apesar dos problemas gerados pelas obras em andamento no prédio.

O Museu Anita Garibaldi possui um dos melhores acervos de todo o Estado — cerca de 10.000 peças —, bastante eclético, reunindo mobiliário, prataria, armaria, obras de arte, numismática, porcelana e grande documentação em papel. Esse valioso acervo encontrava-se mal cuidado e em precárias condições quanto à conservação, restauração e apresentação das peças.

Durante a Oficina, parte do andar superior do prédio do Museu foi isolada para abrigar as aulas práticas de Museologia, Museografia e Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis. Os funcionários, alunos e coordenadores do curso procederam a um mutirão para remover os objetos do andar inferior para o superior e desmontar as exposições permanentes, buscando proteger o acervo contra a poeira de cal e a remoção do reboco. Além dessas tarefas, as obras de restauração do prédio proporcionaram o desenvolvimento de outras atividades práticas, como limpeza, guarda e acondicionamento dos objetos; descupinização do mobiliário; separação das coleções para registro e tombamento; separação do Museu em setores; numeração de objetos; identificação e classificação do material arqueológico; planejamento e desenho de vitrines novas; organização de parte do acervo documental; confecção de envelopes de papel-manteiga para a guarda de documentação em papel, moedas e cédulas e projeção de slides sobre a montagem de exposições temporárias.

Foram também estimulados, durante as aulas, o diagnóstico, análise, discussão e exemplificação de aspectos metodológicos nos trabalhos de restauração do Museu, bem como a ação do museólogo, do conservador e do restaurador junto ao responsável pelas obras de restauração arquitetônica.

Educação patrimonial

O trabalho com crianças em museus vem sendo estimulado através dos novos conceitos de museologia, que entende como uma das finalidades básicas de um museu a complementação das atividades escolares. A essa tarefa dá-se o nome de Educação Patrimo-



Na aula prática de museologia...



... alunos e funcionários limpam objetos metálicos, como armaria e moedas

Fotos: Arquivo SPHAN/*pró*Memória

nial, cujo objetivo é colocar as novas gerações em contato com o patrimônio cultural, o passado, baseando-se em uma metodologia de trabalho que tem como ponto de partida o objetivo cultural, dentro ou fora do museu.

Por solicitação do Sistema Nacional de Museus, a Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos da SPHAN/*pró*Memória enviou a gerente do Programa de Educação Patrimonial, Arquiteta Evelina Grunberg, para apresentar, divulgar e aplicar essa metodologia na Oficina de Laguna. Segundo Evelina, " a programação foi elaborada de forma a transmitir, no pouco tempo disponível, os elementos suficientes para instrumentar tecnicamente os participantes dentro da metodologia proposta".

O trabalho foi dividido em duas etapas. Na primeira, ocorreu a apresentação teórica do tema, com a exibição de audiovisuais e slides — *O Objeto, uma Descoberta* — exemplificando como ensinar com objetos culturais e sua potencialidade como recursos educacionais, através de projetos onde a mesma metodologia foi utilizada. Nessa fase foram também esboçados e definidos os projetos que seriam desenvolvidos na etapa seguinte, de aplicação prática do tema.

Para a segunda etapa, os participantes foram divididos em três grupos. O primeiro grupo trabalhou sobre uma exposição de fotografias antigas de Laguna, que mostrava aspectos variados da vida na cidade, como as edificações, os grupos familiares, o esporte, o porto, a natureza, entre outros. Os integrantes do grupo, atuando como monitores, distribuíram entre si tarefas de atendimento às crianças — 30 alunos entre 10 e 11 anos — e tiveram uma conversa prévia com a turma, fora do espaço da exposição.

Iniciada a atividade, as crianças foram percorrendo o espaço seguindo setas desenhadas no chão e fazendo perguntas aos monitores. Para Evelina, "essa atividade foi muito proveitosa, pois serviu para mostrar e experimentar o papel do monitor como elemento participativo para a compreensão da exposição". Foi também realizado um jogo de detetive: algumas fotos escolhidas foram dispersadas e a criança, com base na foto atual, procurava identificar a antiga. Para fixação e avaliação da visita, os alunos desenharam e escreveram sobre as fotografias e tiveram seus trabalhos expostos.

O segundo grupo realizou uma visita guiada através da exposição de arqueologia e etnografia do Museu, com 26 alunos de 12 a 14 anos. O trabalho teve início com uma conversa sobre o Museu, fora da sala de exposições, onde muitos alunos observaram que já o haviam visitado, mas estavam cansados de ver sempre as mesmas coisas. Segundo Evelina, foi muito grande o interesse dos alunos durante a visita, manifestado através de perguntas e explicações pedidas aos monitores.

A possibilidade de manuseio de algumas peças e a reconstituição de uma oficina de confecção de utensílios de pedra também despertaram muita curiosidade e atenção. Completado o roteiro de visitação, foi distribuída uma folha didática, que serviu para a fixação e avaliação dos conhecimentos adquiridos. O terceiro grupo, por sua vez, se encarregou de dar apoio aos dois outros na elaboração do material didático utilizado e no atendimento aos alunos, atuando também na monitoria.

O resultado da experiência foi considerado positivo pelos organizadores e participantes, e serviu para mostrar que a prática das atividades com crianças pode se efetuar sem grandes dispêndios de pessoal e verbas. Possibilitar aos alunos a ida ao Museu, o contato com o acervo e a realização de atividades orientadas, se possível ligadas ao currículo escolar, são maneiras de garantir que este cumpra uma de suas funções, criando o hábito da visitação e a compreensão do que está sendo mostrado.

O trabalho sobre Educação Patrimonial gerou a produção de um programa em vídeo, de oito minutos de duração, pelo Núcleo de Documentação Audiovisual da Fundação Catarinense de Cultura, com o apoio das demais instituições envolvidas na Oficina. O programa documenta as atividades práticas dos dois grupos durante o curso e explica em linguagem acessível a metodologia da Educação Patrimonial, contando com depoimentos de pessoas diretamente ligadas à experiência de Laguna.

A técnica e a arte de expor

O que é bonito é para se ver, diz o dito popular. Entretando, a maioria das pessoas não se dá conta que viabilizar esse ver, quando se trata do planejamento e montagem de exposições, é algo muito trabalhoso e bastante distante da simplicidade sugerida pela frase ou pelo resultado final de algumas mostras. Montar uma exposição requer acentuado entrosamento entre os setores do museu envolvidos em todo o processo que dura, em geral, um ano, da gestação à inauguração do evento.

O Museu Histórico Nacional possui um acervo com cerca de 115.000 peças — entre manuscritos, gravuras, livros e objetos —, sem considerar as coleções do Departamento de Numismática, que também ultrapassam os cem mil exemplares. Localizada na Praça Marechal Âncora, no Rio de Janeiro (RJ), esta casa, subordinada à SPHAN/*pró*Memória, pretende encerrar o ano de 1988 tendo recebido 60.000 visitantes.

Estimular e manter esse fluxo de visitação é uma questão que está diretamente ligada à qualidade das exposições e à sua capacidade de despertar o interesse do público. E para que o resultado final seja positivo, é fundamental um perfeito encadeamento entre as ações e que cada área cumpra de forma satisfatória suas atribuições.

O passo a passo

"Não existe nenhum trabalho no qual o espírito de equipe seja mais importante do que a montagem de uma exposição." Esta constatação reflete uma das principais teorias da diretora do Museu Histórico Nacional, a museóloga Solange de Sampaio Godoy, que afirma sempre ter atuado, preferencialmente, na área de montagem. Este espírito de equipe deve existir desde o início do processo, quando se busca a proposta conceitual, que deve ser muito clara, já que uma mesma exposição pode ser trabalhada de várias formas.

No momento em que se escolhe o acervo e já se tem clara a proposta, são fornecidos subsídios para os catálogos e demais recursos gráficos. Aciona-se então, se necessário, a área de conservação e restauração. Uma vez definido este estágio, parte-se para o projeto de implantação propriamente dito da exposição. São definidos os espaços físico e arquitetônico, os tipos de vitrine e iluminação, a circulação de visitantes, o equipamento que será usado e o sistema de conservação que será adotado durante a exposição — manutenção e climatização. Resolvidas estas questões, é iniciada a parte de programação visual. O tamanho dos textos e a forma de passar as informações das pesquisas, através das legendas, concentram todas as atenções neste estágio. Isto concluído, parte-se para a divulgação e a definição das possíveis atividades paralelas que serão desenvolvidas.

Logicamente, este é apenas o esboço de um dos possíveis cronogramas para a montagem de uma exposição. Segundo a Direção do Museu Histórico Nacional, o processo de montagem é, também, um trabalho totalmente aberto à crítica. E como não existe exposição sem projetos, nem projetos sem autoria, os créditos devem constar de todas as exposições. "Por uma questão de responsabilidade e merecimento", defende Solange Godoy.

Expondo o museu

Todo o museu praticamente participa da montagem, desde as áreas de limpeza, manutenção, segurança — através do trabalho de pintores, eletricistas, faxineiros, arquitetos — até outras especificamente ligadas a atividades museológicas e museográficas, sendo importante que haja um envolvimento total no processo. Tanto a exposição permanente, cuja duração fica próximo dos dez anos e que traduz o discurso conceitual e ideológico da casa, quanto as temporárias, que podem ficar montadas até cinco meses e são responsáveis pela reciclagem e aumento da clientela, devem motivar todas as áreas do museu.

É na Divisão de Exposições que começa e termina o processo de planejamento e montagem. Esta área vai sempre trabalhando em dupla com as outras áreas especializadas, em cada uma das fases a ser percorrida. Conforme explica sua responsável, Iara Valdetaro Madeira, "é elaborado um roteiro, que em muito se assemelha a um roteiro de cinema ou TV. Nele, são anotados todos os itens e seus desdobramentos — necessidades detectadas, detalhes, encadeamentos e possíveis soluções — e resumidas todas as fases". Segundo ela, muitas fases se superpõem, e a montagem, que é dividida em pesada — instalação de painéis, bases e vitrines, iluminação, pintura, etc — e leve — na qual é feita a colocação das peças —, sempre termina com uma checagem rigorosa para eliminar qualquer possível falha. "A gestação de uma exposição temporária pode começar até um ano antes de ela ser efetivamente inaugurada; e a nossa área tem a visão do todo".

"Como num quebra-cabeças, você tem que ir juntando os pedaços", ressalta Iara Valdetaro, para quem o seu trabalho pode ser sintetizado numa frase do especialista John Ruffins: "Toda exposição é uma metáfora e, no mínimo, ela tem a obrigação de ser elegante."

Já o Departamento de Acervo, responsável pela guarda e prestação de informações sobre as peças, é quem alimenta com os dados necessários a Divisão de Exposições e as demais áreas envolvidas nas várias etapas. Levantamentos de autores, datações, quantidades de peças sobre determinados temas específicos existentes nos acervos museológico, bibliográfico e arquivístico constituem a prin-

cipal atribuição da área. Para sua coordenadora, Helena Dodd Ferrez, a meta é fazer com que as informações estejam sempre à disposição dos usuários, que podem ser pessoas da própria Instituição ou de fora. Segundo ela, já está sendo desenvolvida metodologia própria para a catalogação do acervo museológico, mediante sistema computadorizado "dentro do possível compatível com o SIAM" — Sistema de Informações de Acervos Museológicos (*Boletim SPHAN/pró*Memória págs. 9 e 10), "o que possibilitará mais agilidade nos trabalhos", explica.

As peças que se pretende expor estão em condições de serem mostradas? Esta é uma pergunta cuja resposta negativa engajará no processo de planejamento da exposição mais uma área do Museu: a de conservação e restauração. Dotada de quatro oficinas especializadas em papel, têxteis, pintura e madeira, este setor é responsável pela estabilidade das condições de temperatura e umidade das peças, além da sua higienização e desinfestação. "Dependendo do estado do objeto, caso haja necessidade de restauro, o trabalho pode levar meses e meses, estejam as peças onde estiverem", explica Rosemary Otterbach, coordenadora dos quinze técnicos responsáveis pela conservação do acervo do Museu Histórico Nacional.

Uma vez recebidos os textos das pesquisas e legendas, a área de Recursos Visuais começa a trabalhar. Sua responsável, Maria Rita Parreiras Horta, acredita que "complementar as informações passadas pelas exposições, mediante a confecção de catálogos, é fundamental porque eles viabilizam a disseminação de informações sobre a coleção exposta; no entanto, a produção do material gráfico, principalmente por incluir serviços contratados fora, requer muita atenção e acompanhamento redobrado". Por conta da programação visual, em conjunto com a Divisão de Exposições, fica a definição de aspectos estéticos fundamentais e específicos das exposições, sejam permanentes ou temporárias. Logicamente, em todas essas etapas as peças são acompanhadas, no que diz respeito a sua localização e guarda, pela área de Controle do Patrimônio — setor que também se incumbe de registrar entradas e saídas de peças, empréstimos, etc.

Mas de pouco adianta a realização de todos esses trabalhos se não houver uma determinação eficiente no sentido de incrementar a visitação e dar maior dinamismo às exposições, mediante atividades educativas e de divulgação. Dessa forma, a Divisão Educativa do Museu Histórico Nacional vem assistindo a alunos e professores, através de visitas guiadas, e levando exposições a colégios, numa ação multiplicadora que se estende a toda a comunidade beneficiada. A validade deste tipo de proposta pode ser avaliada com base no depoimento da educadora responsável pela área, Vera Maria Bacellar Wuerkerr: "Nossa agenda está bastante movimentada, e de hoje ao início de novembro — o que corresponde a um período de quase dois meses — já temos marcadas seis visitas de escolas por dia, de terça a sexta-feira."

"Há exposições que se vendem por si só, outras devem ser mais trabalhadas." É seguindo esta premissa que a assessora de imprensa do Museu Histórico Nacional, Isabel Travancas, tem levado os veículos de comunicação cada vez mais para dentro da Instituição. Além de trabalhar também o público interno, a assessoria procura não excluir nenhum veículo — mesmo os tablóides e jornais de bairro — da sua lista de recebedores de *releases*. "Se eles conhecerem o que se faz aqui, divulgam", aposta Isabel.

Captando recursos

A tarefa de obter recursos e apoio para a viabilização de exposições requer, acima de tudo, uma postura compatível com a adotada no meio empresarial. É fundamental que o gesto seja o de oferecer, não o de pedir. E que haja previsão segura dos reais custos financeiros do evento, o que, inclusive, já define, em parte, seus patrocinadores em potencial.

Conforme explica o museólogo Anaíldo Bernardo Baraçal, à frente das atividades de marketing do Museu Histórico Nacional, "na verdade o que se deve propor às empresas é a associação de uma excelência de produto — que é o produzido pelo possível patrocinador — a outra excelência de produto — a exposição que se pretende viabilizar financeiramente".

Uma vez estudada a afinidade do tema da exposição às empresas que se pretende envolver no projeto — o que nem sempre é muito óbvio, já que esta afinidade pode se dar de várias formas —, a atividade de captação de recursos deve merecer acompanhamento constante. "É importante que haja conhecimento do mercado, tanto para obter o patrocínio, quanto para definir a atividade em si", destaca Anaíldo, para quem a associação das empresas aos eventos pode seguir critérios variados: uma exposição de obras com o tema Marinha, de autoria de artistas franceses, pode ser associada à indústria naval ou a empresas de origem francesa; uma exposição de fotos do Rio Antigo, por sua vez, dá margem a associações com empresas cariocas tradicionais ou ligadas à fotografia. "Mas existem outras possibilidades altamente subjetivas, com base na suposição, por exemplo, de que indústrias de eletrônica ou informática tenham necessidade de associar seus produtos a temas afetivos", reflete. Segundo ele, as possibilidades de vinculação são intermináveis; e o mais importante é que o patrocinador se engaje de forma vibrante ao projeto e que a sua participação transcenda à questão do dinheiro.

Entre as medidas estratégicas adotadas pela área de marketing do Museu para que haja um retorno satisfatório para os patrocinadores, merece destaque a de trabalhar, prioritariamente, os veículos de comunicação com os quais estes patrocinadores já tenham relacionamento comercial. "Isto facilita a citação dos nomes das empresas nas matérias, uma vez que a taxa para esse tipo de serviço, por vezes, já está incluída nos contratos de publicidade", explica Anaíldo.

Este e outros cuidados — como a apresentação prévia às empresas, das bonecas de catálogos, leiautes de cartazes, maquetes e plantas das exposições — têm garantido ao Museu Histórico Nacional possibilitar aos seus "parceiros culturais" cultivarem um hábito bastante significativo: o de patrocinar sempre os eventos promovidos pela Instituição.

Opinião

O Espaço e a Fantasia

* *Liliana Lagana*

A Natureza oferece-se em espetáculo, em múltiplas e variadas belezas e, através do ar, da superfície da terra e dos mares, do subsolo e das profundezas marinhas, oferece ao homem múltiplos e variados meios para sua subsistência.

Para os povos antigos — e para os primitivos ainda — a natureza simbolizava a presença de deuses e divindades, que através dela se expressavam, manifestavam suas vontades.

Tinham, estes povos, em relação à Natureza, uma atitude de respeitosa conduta, com o fim de preservá-la, preservando ao mesmo tempo sua própria existência e a das gerações futuras, pois era, a Natureza, considerada um bem comum, e experimentavam um sentimento de sagrado temor, diante de seus insondáveis e infinitos mistérios.

O homem moderno, ao contrário, debruçou-se sobre a Natureza com o fim específico de perquiri-la, de interrogá-la, de desvendar os seus mistérios, porque o arcano segredo das coisas o incomodava.

Considerando ser o próprio Deus, o homem fez da Natureza seu campo de ação, sobre ela manifestando, explicitando sua vontade. Submeteu-a a um longo processo de transformação, através de seu trabalho, nela buscando o útil: ajudado pelo desenvolvimento da ciência e da técnica, ampliou horizontes geográficos, em busca de novas riquezas; perfurou, escavou; penetrou em suas vísceras e afundou nos abismos marinhos; modificou perfis topográficos, suavizou encostas íngremes e exumou terras dos fundos dos mares.

Angustiado pela solidão, abandonou o silêncio dos campos e aglomerou-se em grandes centros urbanos; querendo subtrair-se aos imperativos do espaço, encurtou distâncias; insatisfeito de sua subjugação ao tempo natural, cadenciado pelo ritmo dos dias e das estações, criou seu próprio tempo, seus próprios ritmos e deles se tornou escravo.

Movido pela ânsia insaciável de possuir, contendeu a superfície da terra, transformando-a, de dom divino, de bem comum, em propriedade particular, em favor de poucos, em detrimento da maioria: o processo histórico, na realidade, não passa de um longo processo de expropriação do homem em relação à Natureza.

Definida a propriedade particular da terra, excluía-se a maioria dos homens do acesso à mesma. A relação com a Natureza passou a ser não mais uma relação, mediada pela comunidade, em que todos os membros da mesma são seus usufrutuários, mas uma relação em que uns — os expropriados — se vêem obrigados, para subsistir, a vender seu trabalho a outros — os proprietários —, acumulando-se de um lado a riqueza, de outro a miséria.

O homem moderno dessacralizou a Natureza, refugando dela seu último deus: abandonou toda atitude estática ou mística, em sua busca irrefutável do útil; substituiu o natural pelo artifício: o econômico tornou-se o único valor — o novo deus — e transformou as facies da terra, comandando a distribuição dos homens e das riquezas. E ao não-deus todos passaram a servir e a oferecer sacrifícios, em um trabalho excessivo, obsessivo, alienante.

Mas, querendo subjugar a Natureza, o homem afastou-se por demais dela. O sonho de riqueza infinita extensível a todos, que acalentou suas esperanças, que serviu de mola propulsora à sua ação devastadora sobre a Natureza, desapareceu e o homem sente-se tomado de nova angústia, de incertezas, sente-se viúvo e ambiciona voltar ao seio da Natureza. Nos recônditos âmbitos de seu coração, em suas noites insones, vagueia este retorno, que venha reconfortá-lo da perda ancestral, irreparável: anseia, de novo, ao Éden, ao paraíso terrestre de onde foi expulso.

Está, este paraíso, num espaço indefinido, envolto pelas brumas diáfanas da fantasia, pela imaginação continuamente vivificada pelo desejo de infinito.

O agradável soma-se ao útil na valorização dos espaços: tornam-se, os espaços, para além de seu valor puramente econômico, prenhes de um valor a eles aferido pela capacidade maior ou menor de excitar a fantasia, a imaginação, de preencher aqueles requisitos essenciais à perpetuação do sonho, pelo poder mágico de evasão, de transposição do imaginário no real.

Estão, estes espaços, sempre em outras terras, em outros lugares, e os homens sentem-se por eles atraídos como andorinhas pelo sol. E dos donos do espaço vêm, afoitos, ao encontro de seus desejos: às construções fantásticas da Natureza e às construções da história, fundamentando-se em quadros paisagísticos, que são expostos publicamente e colocados à venda pelos mass-média, em fotos, cartões-postais e filmes que, pela televisão, jornais e cinemas, invadem casas, ruas e praças, incitando uns — os que podem — a correr atrás do sonho; deixando outros — e, que não podem — frustrados, perplexos e maravilhados diante de um mundo que se lhes oferece em espetáculo.

São consumidos, estes espaços, com pantagruélico apetite, com insaciável voracidade. O tempo do ócio compensa o tempo do trabalho excessivo. O espaço do lazer complementa o espaço do trabalho, ambos necessários, ambos submetidos às rígidas leis econômicas que regem o mundo contemporâneo.

Oscila, o homem, como o pêndulo de um relógio, entre um e outro tempo, entre um e outro espaço. Entre o tempo-espaço real, das angustiantes, intermináveis horas de trabalho e o tempo-espaço da fantasia, o momento da evasão — que o homem imagina ser o momento da liberdade — atrás do qual corre, como crianças atrás de vagalumes.

---

* *Geógrafa, doutora e ex-professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.*

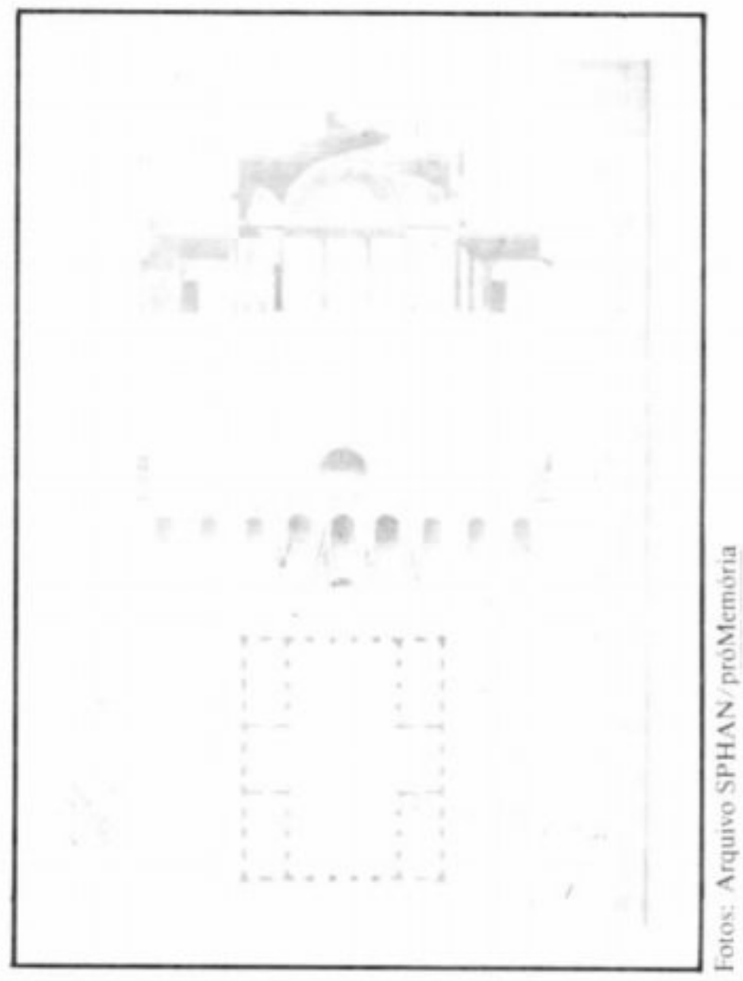
SPHAN/*pró*Memória entrega Casa França-Brasil



Fotos: Alcyr Cavalcanti



Onde esteve o II Tribunal do Júri, funcionará um grande Centro Cultural



Fotos: Arquivo SPHAN/próMemória

No projeto original, o talento de Grandjean de Montigny

"Uma obra pra europeu nenhum botar defeito." Com estas palavras o arquiteto Jaime Zettel definiu o trabalho realizado pela SPHAN/*pró*Memória no prédio da antiga Alfândega do Rio de Janeiro, onde, de agosto em diante, funcionará a Fundação Casa França-Brasil. Segundo o responsável pela obra, foram cerca de três anos de restauração em que, mesmo enfrentando todas as adversidades típicas numa obra da administração pública, se procurou devolver àquele histórico monumento o valor e a beleza originários do traço de Grandjean de Montigny, famoso arquiteto que, com a missão francesa, introduziu no Brasil o estilo neoclássico.

Elaborada passo a passo, com extremo cuidado, a obra, realizada por administração direta, ou seja, por equipe especializada formada pela 6ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória, consistiu basicamente de consolidação das estruturas, reforço das fundações, troca do madeiramento — a estrutura da casa é toda de madeira —, além de reforma no telhado. Para isso, foi necessária uma equipe integrada por técnicos nas áreas de antropologia, arqueologia, história e arquitetura, que apoiaram na parte de pesquisa.

Em solenidade no dia 22 de setembro, a SPHAN/*pró*Memória passou à Fundação Casa França-Brasil, que é presidida pelo editor Sérgio Lacerda, a administração do prédio, ocasião em que foi empossado o Conselho Curador. Daqui para frente, o restante das obras e as instalações para o novo uso ficarão totalmente a cargo do governo do Estado — proprietário do imóvel — através do INEPAC — Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural, cabendo à SPHAN/*pró*Memória o acompanhamento e a fiscalização. Foram gastos até o momento 120 mil OTNs e a mesma quantia ainda deverá ser empregada até que o prédio possa desenvolver definitivamente as atividades de centro cultural, provavelmente daqui a um ano.

Um marco histórico

Erguido em 1820 para ser a Praça do Comércio, no Centro do Rio, o prédio só teve essa finalidade por cerca de dois anos, tempo suficiente para que em suas dependências ocorresse um dos episódios mais marcantes da política do país. A 21 de abril de 1821, quando se faziam os preparativos para a volta do rei a Portugal, um grupo de eleitores reuniu-se naquele prédio a fim de escolher os representantes à Constituinte. Lidos os nomes dos ministros que ficariam no Brasil com o Princípe D. Pedro, tumultuou-se a sessão, já que os eleitores não concordavam com alguns nomes. Estes exigiram que a nova Constituição fosse baseada nos princípios liberais do estatuto espanhol, promulgado um pouco antes. Uma comissão foi então nomeada para ir a São Cristóvão intimar ao rei a vontade do povo e ordenar-lhe que desembarcasse do navio que o levaria a Portugal os cofres públicos, móveis e utensílios pertencentes ao país e que, por denúncia, estariam a bordo.

Quando soube do acontecido, D. João VI ordenou que a força armada dissolvesse a Assembléia. Às três horas da madrugada, as portas da Praça do Comércio foram arrombadas e a tropa atacou os eleitores a baioneta. A confusão foi enorme: alguns atiraram-se ao mar, outros fugiram, registrando a refrega um saldo de três mortos e vinte feridos. A parte cômica da história conta que, no meio do tumulto, um sacerdote pulou por uma janela, sem que os vidros o ferissem e, o que é mais curioso, depois de salvo, estava sem meias sem ter perdido os sapatos com fivelas de ouro.

O prédio ficou então fechado até 1824, pois os comerciantes se negavam a utilizá-lo como protesto ao violento episódio. Após algumas reformas, a casa foi destinada a servir como Alfândega, permanecendo assim por mais de meio século. Depois, passou a ser ocupada pelo 2º Tribunal do Júri até ficar abandonada na década de 70.

Tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938, o prédio sofreu a primeira intervenção da SPHAN em 1970, quando foi necessário fazer um escoramento devido ao estado precário em que se encontrava. Em 1985, um protocolo de intenções entre o Ministério da Cultura, através da SPHAN/*pró*Memória, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério da Cultura da França, a Fundação Roberto Marinho e a Rhodia S/A criou ali a Casa França-Brasil *(SPHAN/pró*Memória nº 36, págs. 17 e 18), um espaço cultural moderno com o objetivo de estreitar as relações entre os dois países na área da cultura, utilizando-se das mais avançadas técnicas na área da informática.

ENTREVISTA

Até que ponto a Arqueologia, esta ciência que investiga o nosso passado mediante a análise dos vestígios deixados pelas antigas civilizações, é realmente cercada pelos mistérios propostos em muitas obras de ficção sobre o tema? E o seu papel, dentro da SPHAN/*pró*Memória, como instrumento para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, como se desenvolve? Terá a Arqueologia atingido um estágio de maturação satisfatório como ciência de preservação? Estas e outras questões, como o tão divulgado achado arqueológico do Pelourinho, em Salvador (BA), são abordadas pela coordenadora de Arqueologia da SPHAN/*pró*Memória, a arqueóloga Regina Coeli Pinheiro da Silva, entrevistada desta edição.

*— Como são desenvolvidas as atividades ligadas à Arqueologia, esta ciência ainda tão pouco difundida em nosso país, no âmbito de atuação da SPHAN/pró*Memória*?*
RC — A Arqueologia, dentro da SPHAN/*pró*Memória, desenvolve uma atividade quase que única: a de fiscalizar e preservar os sítios arqueólogicos. E, no Brasil, está diretamente ligada às universidades, devido às tarefas de pesquisa. A nossa função é basicamente fiscalizar esses trabalhos. É claro que, possuindo arqueólogos em seu quadro de funcionários, a SPHAN/*pró*Memória pode, numa emergência, realizar trabalhos de salvamentos de sítios. Mas não é esta a sua função, o seu objetivo principal. Cabe-nos, sim, manter um cadastro de sítios arqueológicos — do qual a parte referente aos pré-históricos já está satisfatoriamente atualizada —, vistoriar esses sítios e impedir sua destruição, bem como acompanhar as pesquisas feitas pelas universidades. Além disso, prestamos assessoria às diretorias regionais, no que diz respeito à indicação da necessidade de serem desenvolvidos trabalhos arqueológicos em obras de restauração por elas executadas. Estas são as nossas atribuições principais. As secundárias podem ser consideradas a guarda, conservação, análise e acondicionamento das peças por ventura recolhidas, sem esquecer da divulgação e da conscientização das pessoas — atividades que também são da nossa competência.

— Você tocou num assunto que é sempre muito polêmico, que é a fiscalização. No que se refere à arqueologia de preservação, como e por que é realizado este trabalho?
RC — Para início de conversa, nós temos que ter consciência da situação de desequilíbrio existente entre o número de sítios e o de arqueólogos, o que chega a ser uma "covardia". Então, o que nós fazemos é trabalhar em conjunto com as universidades, com as instituições de pesquisa e com os pesquisadores. Sempre que possível, eles nos auxiliam e realizam salvamentos, cadastramentos e vistorias. Até porque esses sítios não estão em lugares de acesso muito fácil. Não estão em beiras de estrada, mas no interior, em lugares distantes dos centros até dois ou três dias de viagem pelo meio do mato. Temos que levar em conta, também, que nem sempre os pesquisadores vinculados a outras instituições podem atender, de imediato, às nossas solicitações. Por outro lado, os nossos arqueólogos são em número reduzido, temos ciência de recursos financeiros e humanos, que sempre acabam atrasando uma ida a um local, que pode ser de caráter urgente.

— De que são constituídos esses sítios pré-históricos já cadastrados, quantos são e como se presume que eles se tenham formado?
RC — Estes sítios, anteriores à chegada dos europeus e dos quais já se tem cadastrados cerca de cinco mil, são locais de assentamentos indígenas, que se estabeleciam em determinadas áreas e ali descartavam aquilo que não mais lhes servia. Recipientes de cerâmica, pontas de flecha e outros utensílios fora de uso ficavam ali depositados. Posteriormente, vinha outro grupo, se estabelecia no local e também deixava marcas da sua passagem, da sua ocupação, através desses vestígios culturais. Estes cinco mil lugares são desde sambaquis — montes basicamente constituídos por conchas, frutos do descarte de grupos que se alimentavam de moluscos — até grutas com pinturas rupestres, passando por sítios ricos em fragmentos de cerâmica e outros materiais, além de antigos aldeamentos. Todos esses casos de manifestações culturais são estudados pelos

arqueólogos, com o objetivo de reconstituir o modo de vida e os costumes desses povos.

— Onde termina a ficção e começa a realidade para aqueles que vêem a Arqueologia como uma profissão ligada a aventuras e mistérios, do tipo Indiana Jones*?*
RC — A ficção termina e a realidade começa na própria faculdade, quando o pessoal chega comprando mochila, a tradicional faquinha, a colher de pedreiro, e aí começa a estudar os sambaquis, as cerâmicas, e vê que a coisa não é bem assim, tão misteriosa ou repleta de aventuras. Mas, depois da ducha de água fria, você acaba encontrando a realidade. Uma vez eu estava trabalhando numa camada de um sítio com datação de 14.000 anos e a colher de pedreiro — aquela que todos compram — tocou em alguma coisa. Era uma ponta de flecha, belíssima, toda trabalhada e que me fez entender que esta é a nossa arqueologia, tão importante quanto uma pirâmide. As pontas de flecha, as cerâmicas, as conchas, as pedras são a nossa arqueologia, a nossa realidade. Há, é claro, algumas exceções, como o trabalho da Profª Maria Beltrão, do Museu Nacional, que descobriu, no interior da Bahia, em Central, um sítio arqueológico raro: um verdadeiro observatório astronômico, com desenhos de cometas, mas esta, repito, não é a nossa realidade.

— De que consiste a formação de arqueólogos especializados em preservação, e qual a diferença existente entre esta atividade, no Brasil e no Exterior?
RC — Nós estamos investindo muito exatamente neste assunto, que é a arqueologia de preservação, para tornar o arqueólogo especializado na área de pesquisa mas, também, na de preservação. Quando se estuda Arqueologia, em nível de graduação ou pós-graduação, toda a formação é orientada para a pesquisa científica e isto não satisfaz plenamente aos nossos interesses, enquanto instituição voltada para a preservação. A pesquisa para nós é uma exceção, embora tenhamos que nos manter atualizados, com todas as informações surgidas quase que diariamente. A formação do arqueólogo brasileiro deixa a desejar neste aspecto, principalmente se levarmos em conta que, em países como os Estados Unidos da América, por exemplo, existem até escritórios — firmas — especializados em salvamentos de sítios arqueológicos e voltados para a preservação. Neste momento, uma colega nossa está no exterior, buscando, exatamente, subsídios para que possamos viabilizar algo similar no Brasil. Paralelamente, nós, arqueólogos, estamos organizando um seminário sobre política de preservação arqueológica, com o apoio da própria SPHAN/*pró*Memória, na PUC, aqui no Rio, dias 22, 23 e 24 de novembro, no qual vamos discutir este assunto em termos de Brasil. Isto nunca foi feito, inclusive porque a Sociedade de Arqueologia Brasileira é também uma instituição muito recente.

— Como são realizados, na prática, esses trabalhos de preservação de sítios arqueológicos?
RC — O primeiro passo é o da ida a campo para o cadastramento e registro do sítio em uma ficha padronizada cujo modelo, por sinal, também atende mais, pelo conteúdo proposto, a questão da pesquisa do que a da preservação — este é um ponto, inclusive, que deve ser aprimorado. A partir deste momento, o sítio passa a existir oficialmente. Mas o ideal seria que nós, independentemente das situações de emergência, fizéssemos sempre trabalhos junto às comunidades, fôssemos a campo, atualizássemos sempre as fichas e vistoriássemos os sítios. Mas isto não é feito. O que acontece, de fato, é nós ficarmos sabendo, muitas vezes via imprensa, que determinado sítio está sendo destruído, então vamos até lá, ou mandamos alguém para sustar esse processo. Isto se dá mediante análises para a viabilização de uma pesquisa de salvamento para liberar a área, ou outro tipo de arranjo capaz de resolver o problema, sempre, é lógico, com prioridade absoluta para a preservação daquele patrimônio. Pela absoluta falta de critérios preestabelecidos que esperamos passem a existir após o seminário —, cada caso constitui-se num caso específico, cujas soluções não estão predeterminadas.

"O ideal seria que nós fizéssemos sempre trabalhos junto às comunidades, fôssemos a campo, atualizássemos sempre as fichas e vistoriássemos os sítios."

— Normalmente as questões ligadas a patrimônio cultural sensibilizam a comunidade, motivando a realização de trabalho conjunto. Isto se aplica também especificamente com relação à Arqueologia?
RC — Bem, teve uma arqueóloga daqui que foi fazer um trabalho em Tiradentes (MG) e não tinha com quem contar, oficialmente, para auxiliá-la. Então ela foi procurar a comunidade para ver-se havia alguém interessado em colaborar. Explicou às pessoas do que se tratava e conseguiu motivar um grupo muito interessado formado por artistas plásticos, arquitetos, pedreiros, enfim, todos os tipos de profissionais que a auxiliaram dentro das suas aptidões e até com o seu instrumental. Isto aconteceu durante a primeira vez em que tivemos a oportunidade de trabalhar num terreno baldio — normalmente o nosso trabalho é engajado a obras de restauração; e essas pessoas , que ajudaram até na identificação dos achados vinculados ao prédio de uso misto que existia no local, realmente trabalharam com muito entusiasmo. Toda essa motivação resultou até na cobrança, por parte da comunidade, quanto à realização de uma mostra do material, que muito se relaciona à cultura local. Um outro exemplo de mobilização popular foi o ocorrido numa cidade no interior do Amazonas, que está construída inteira sobre um sítio arqueológico. Essa cidade, à qual se leva duas horas, de canoa, para chegar, possui uma população com traços indígenas, logicamente. Mas as pessoas tinham completa aversão ao material existente no sítio, justamente porque, para eles, era "coisa de índio". Quando nós começamos a conscientizá-los quanto ao valor, para eles próprios, daqueles jarros e demais utensílios, a situação mudou. Houve interesse imediato por parte das pessoas, que passaram até a exigir e tomar providências visando ao

"As pontas de flecha, as cerâmicas, as conchas, as pedras, são a nossa Arqueologia, a nossa realidade, tão importantes como uma pirâmide."

estudo e guarda das peças. Estes dois exemplos distintos, até mesmo sob o ponto de vista cultural, mostram que é perfeitamente possível atuar em conjunto com a comunidade, sempre muito interessada por assuntos ligados à Arqueologia.

— Por falar em interesse da sociedade, como se aplica a Lei Sarney na Arqueologia, na medida em que esta é uma ciência efetivamente ligada à cultura?
RC — Pois é, aí a gente tem que ver de que forma pode ser considerado o trabalho de pesquisa arqueológica. Como algo científico ou cultural? Cerca de 90% dos trabalhos de Arqueologia estão atrelados, em nível de financiamento, ao Ministério da Ciência e Tecnologia, através do CNPq, por exemplo. Então, são caracterizados como trabalhos de pesquisa científica. Mas, claro, é possível que esse enfoque seja mudado, não apenas no tocante à parte de preservação, e que a atividade arqueológica seja entendida como de natureza cultural. Com base nisso, inclusive, existem muitas instituições de pesquisa que já vêm repensando suas atividades e promovendo até exposições, visando colher os benefícios da Lei Sarney. Isto fica vetado, no entanto, aos institutos de pesquisa ligados às universidades, já que estas ainda não podem beneficiar-se desse incentivo.

"Exemplos distintos, até mesmo sob o ponto de vista cultural, mostram que é perfeitamente possível atuar em conjunto com a comunidade, sempre muito interessada por assuntos ligados à Arqueologia."

— Os jornais noticiaram, com muita freqüência, o achado arqueológico do Pelourinho, em Salvador (BA), e houve muita divergência de informação. Qual a história real sobre a descoberta daquele sítio?
RC — O que se sabe sobre o material ainda é muito pouco. O material foi recolhido e está guardado na 5ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*-Memória, que atende ao local. Sabe-se apenas que existiam três situações naquele canteiro-de-obra: a primeira refere-se a material arqueológico — cacos de cerâmica — de origem indígena; a segunda é a vala onde foi encontrada uma espécie de sepultamento coletivo do corpos desarticulados; e a terceira situação, que é a de sepultamentos articulados, inclusive com acompanhamento — vestígios de rituais, no caso a colocação de uma concha e de uma vértebra de animal ao lado do cadáver. No entanto, alguns pontos motivaram nossa atenção. Próximo ao local existe uma igreja, na qual, pelo que se sabe, eram realizados sepultamentos, tanto na parte interna, quanto nas proximidades, uma prática comum na época. Fala-se, também, de duas epidemias de peste bubônica, na Bahia, o que teria motivado as valas comuns; e até mesmo da renovação das "vagas" no interior dos templos. Existe ainda a informação de que aquela praça fora toda mexida, e que a igreja ficava mais à frente. Por pesquisas bibliográficas, descobrimos que existia naquele local, antes da cidade, um aldeamento indígena. Outro fato curioso, é que grande quantidade dos ossos — tanto os articulados, quanto os desarticulados — detém uma coloração arroxeada, apontada pelos testes realizados, ao que tudo indica, como uma característica adquirida pela pessoa ainda em vida. Estamos agora aguardando resposta sobre a existência de algum possível medicamento usado no combate à peste, capaz de ocasionar a mudança de coloração dos ossos. Mas tudo ainda necessita ser muito estudado. Por sinal, estamos empenhados em viabilizar a continuidade deste trabalho, buscando arqueólogos e instituições que queiram participar, porque ele é muito urgente. Vão ser abertas outras valas, em prosseguimento às obras municipais, e os locais necessitam de estudo prévio e de medidas criteriosas de salvamento arqueológico.

*— Como deve proceder uma pessoa que descubra um sítio arqueológico e o que acontece a partir do conhecimento disso pela SPHAN/pró*Memória*?*
RC — Ela pode nos comunicar — aqui na Rua da Imprensa, 16, 8º andar, no Centro do Rio, ou através do fone (021) 262-0258, às universidades, ou às instituições de pesquisa. O procedimento será o de ir alguém ao local, cadastrar o sítio, preencher a ficha e se utilizar dos critérios ainda pouco definidos — conforme falamos — para nortear a política de preservação no local. São também travados contatos com os proprietários, esclarecendo questões legais como o fato de não serem válidos, por exemplo, os pareceres do DNPM — Departamento Nacional de Produção Mineral — para exploração da jazida, quando se trata de sítios arqueológicos, cuja preservação é garantida pela lei especial nº 3.924, de 1961. Busca-se, também, viabilizar o aprofundamento do estudo, caso seja julgado válido.

"No Brasil vêm sendo realizados trabalhos muito importantes, que têm possibilitado recuo das datações e prometem levar, inclusive, a novas teorias sobre a origem do homem no continente."

*— Como você, uma arqueóloga que chegou a conviver com o Padre Rohr, este tão importante defensor da preservação arqueológica, (*Boletim SPHAN/*pró*Memória *nº 32, pág. 37, e nº 33, págs. 19 e 20), vê os trabalhos que hoje vêm sendo feitos no Brasil, em comparação aos já realizados?*
RC — No Piauí, em Mato Grosso, em Goiás, no Nordeste e no Sul, principalmente, vêm sendo realizados trabalhos muito importantes, até porque cada região do Brasil tem dentro das suas especificidades, características fundamentais. São trabalhos que têm possibilitado recuo das datações e prometem levar, inclusive, a novas teorias sobre a origem do homem no continente. Sua importância, no entanto, é equivalente à de todos os outros trabalhos, uma vez que não se podem medir, comparativamente, coisas que, em todos os sentidos, dizem respeito a realidades culturais diferentes. Nem mesmo os grandes trabalhos de Rohr, tanto os científicos — dos relatórios simples e perfeitos —, quanto os de preservação — que culminaram até mesmo com a criação do Museu do Homem do Sambaqui, onde se encontra a sua coleção —, podem ser comparados.

NOTICIÁRIO

Adote um monumento

Dentro do Programa "Adote um Monumento", lançado pela SPHAN/*pró*Memória em Ouro Preto, a Alcan Alumínio do Brasil, através de sua fábrica naquela cidade, alocou recursos para a manutenção de pessoal necessário à limpeza, conservação e vigilância do conjunto arquitetônico do Carmo, compreendendo a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, o Museu de Arte Sacra e os jardins. Além disso, a empresa está custeando um projeto de paisagismo para o conjunto, visando recuperar e conservar os jardins existentes, a partir de um levantamento histórico feito no local por um escritório de arquitetura especialmente contratado.

A conservação do conjunto do Carmo foi oficializada através de convênio firmado entre a 7ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória, a Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo e a gerência da Alcan em Ouro Preto. A execução do projeto de paisagismo representa recursos de mais de Cz$ 10 milhões. O projeto está sendo desenvolvido pelo escritório de arquitetura Rodolfo Geiser, de São Paulo, contratado pela Alcan, com a supervisão do Escritório Técnico da SPHAN/*pró*Memória em Ouro Preto.

Para desenvolver o projeto, o escritório Rodolfo Geiser fez um levantamento do conjunto do Carmo junto ao escritório da SPHAN/*pró*Memória em Ouro Preto, à Prefeitura e outros órgãos locais, e também um levantamento fotográfico, para verificar os desenhos e a vegetação dos jardins da cidade. A partir desses levantamentos, foi apresentado à SPHAN/*pró*Memória em Ouro Preto um anteprojeto que pretende manter a vegetação atual, enriquecer a formação vegetal existente com a introdução de algumas árvores e canteiros ao redor da Igreja e preservar o terreno, tendo em vista a possibilidade de futuras pesquisas históricas no local.



Mais Recursos

A Companhia Belgo Mineira, dentro da Lei Sarney de incentivo à cultura, alocou recursos da ordem de Cz$ 3.936.166,00 para obras de restauração em Sabará. Deste total, Cz$ 2.766.843,00 serão aplicados nas obras de recuperação das torres da Igreja de Nossa Senhora da Conceição; o restante destina-se à restauração da Igreja de Nossa Senhora do Ó.

Por sua vez, a Transportadora Armênio Queiróz Ltda. destinou Cz$ 264.000,00 para a conservação da Igreja de Nossa Senhora das Dores, em Ouro Preto.

Carmo devolvida

A comunidade de Ouro Preto recebeu de volta, no dia 16 de julho, completamente restaurada, a Igreja de Nossa Senhora da Carmo, um dos mais significativos monumentos históricos de Minas Gerais. Em obra desde 1984, a Igreja passou por diversas etapas de restauração, executadas pela SPHAN/*pró*Memória, através da sua 7ª Diretoria Regional, em Minas Gerais, em conjunto com a Universidade Federal de Ouro Preto.

Foram realizados trabalhos de restauração da cobertura, de forros, revestimento externo, esquadrias, instalação de novo sistema elétrico e execução de reparos e serviços diversos. O acervo artístico que pertence à Igreja também foi alvo de restauração, iniciada no ano passado, com tratamento especial para o conjunto da talha, as pinturas e os azulejos.

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo teve sua construção iniciada em 1766, a partir do risco de Manoel Francisco Lisboa, pai do Aleijadinho, e foi concluída no final do século XIX, já com modificações no projeto original. O monumento conjuga as características arquitetônicas da primeira metade do século XVIII com as soluções inovadoras, de linhas curvas, introduzidas na segunda metade. Por seu alto valor histórico, a Igreja do Carmo e seu cemitério anexo foram tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1938. Agora, depois de restaurada, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo precisará receber atenção no sentido de manter-se sempre em bom estado de conservação, o que, segundo a SPHAN/*pró*Memória, não será tarefa das mais difíceis, já que conta com o carinho da comunidade ouro-pretana.

NOTICIÁRIO

Limite

Limite, dirigido por Mário Peixoto, em 1929, foi escolhido o melhor filme brasileiro de todos os tempos.

Convidados pela Cinemateca brasileira, da SPHAN/*pró*Memória, 94 críticos e pesquisadores de cinema dos principais veículos de comunicação, universidades e instituições culturais do país classificaram como mais significativos trinta filmes de longa metragem, realizados em diversas épocas.



Da relação constam clássicos como *Terra em Transe,* de Gláuber Rocha; *Brasa Dormida,* de Humberto Mauro; e *Assalto ao Trem Pagador,* de Roberto Farias, bem como exemplares da produção cinematográfica mais recente, a exemplo de *Eles não Usam Black Tie,* de Leon Hirszman; *Pixote — A Lei do Mais Fraco,* de Hector Babenco, e *Bye Bye Brasil,* de Cacá Dieges.

A pesquisa, que comemorou os 90 anos do nosso cinema (*Boletim SPHAN/pró*Memória nº 38, pág. 19), revelou, também, um grave problema: cerca de, no mínimo, 40% desses trinta filmes, inclusive alguns bastante recentes, correm o sério risco de desaparecer, por se encontrarem mal acondicionados ou carentes de conservação e reparos. Diante disso, a Cinemateca Brasileira já manteve contato com os respectivos produtores ou detentores dos direitos destas obras, oferecendo seus serviços de guarda e manutenção, bem como os de restauração, tão logo seja possível.

Livros

O Núcleo de Editoração da SPHAN/*pró*Memória enviou, recentemente, correspondência a setecentas instituições estrangeiras, especialmente universidades dotadas de institutos para estudos brasileiros e bibliotecas especializadas em assuntos latino-americanos, com o objetivo de apresentar a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* e encaminhar lista das demais publicações disponíveis, contendo resumo em inglês de cada título.

Constam da lista desde obras como *Rodrigo e o SPHAN* e *Rodrigo e seus Tempos,* duas coletâneas de textos sobre patrimônio cultural e literatura e artes brasileiras, respectivamente, até o recém-lançado *Quissamã* — um estudo da história, arquitetura e cultura popular do mais novo município do Rio de Janeiro, que alcançou seu apogeu na época áurea da cana-de-açúcar (*Boletim SPHAN/pró*Memória nº 41, págs. 16 e 17).

Maiores informações sobre estas e outras obras da SPHAN/*pró*Memória podem ser obtidas mediante contato direto com o seu Núcleo de Editoração, à Av. Rio Branco, 46 - 2º andar - Centro - Rio de Janeiro (RJ) - CEP. 20.090, ou através dos fones (021) 253-2938 e 296-5115, ramal 221.

Legislação

A Câmara Municipal de Teresina aprovou recentemente uma legislação de preservação do patrimônio ambiental da capital piauiense cuja proposta foi elaborada em conjunto pelo Escritório Técnico da SPHAN/*pró*Memória naquela cidade, a Prefeitura Municipal e o Departamento de Patrimônio Histórico do Estado. Paralelamente, foi aprovada uma lei de tombamento, visando à preservação integral de imóveis de maior interesse e dos bens culturais móveis do município.

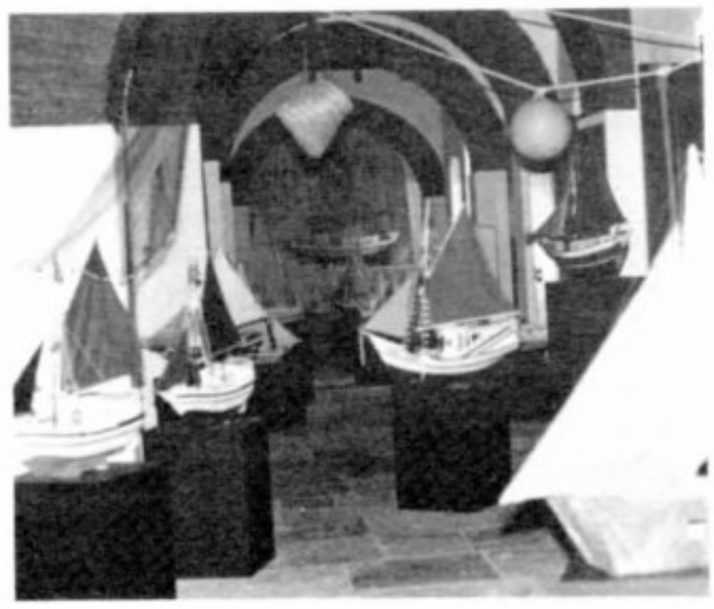


Museu Histórico do Piauí

A legislação, que tem por objetivo principal promover a preservação das estruturas urbanas e paisagísticas mais significativas de Teresina, foi criada a partir de uma visão global da cidade, aliando as finalidades da preservação às diretrizes do II Plano Estrutural de Teresina, que possui como uma das normas para reestruturação do crescimento urbano atenuar a demanda do centro da cidade.

A partir de pesquisas realizadas, foram definidas oito zonas de preservação em função do número maior de imóveis antigos ainda existentes e das características originais de alguns locais, que os singularizam dentro do contexto urbano

Espaço cultural



Com a exposição "Marés, Barcos e Velas", que reúne obras de artistas plásticos maranhenses e de outros Estados, a 2ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória deu início, em setembro, às atividades do Espaço Cultural Aloísio Magalhães, instalado em sua nova sede, à Rua 28 de Julho (antiga Rua do Giz), 235, no Centro Histórico de São Luís (*SPHAN* nº 38, pág. 23).

O espaço é destinado à difusão cultural, através da realização de atividades artístico-culturais de interesse da comunidade e, além de sala para exposições, dispõe de locais para projeção de filmes e slides e apresentação de shows populares.

Em Manaus

Enquanto espera a conclusão das obras de reforma do andar térreo, que vai abrigar um espaço cultural, a 11ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória instalou no terceiro pavimento de sua nova sede (*SPHAN* nº 38, pág. 19) uma exposição permanente sobre a evolução urbana do Centro Histórico de Manaus, resultado de uma pesquisa realizada em conjunto com a Universidade Federal do Amazonas, e o inventário dessa área executado pela DR, que oferece um retrato atual do centro da capital amazonense.

NOTICIÁRIO

Visita

O Diretor do Instituto Ibero-Americano da Fundação do Patrimônio Cultural da Prússia — Berlim (RFA), Professor Dietrich Briesemeister, esteve em visita à SPHAN/*pró*Memória, em Brasília, em setembro passado, quando teve a oportunidade de conhecer as atividades da instituição e do Sistema Nacional de Museus.

O professor sugeriu o intercâmbio da SPHAN/*pró*Memória e do Sistema Nacional de Museus com o Instituto que dirige, particularmente no tocante a material audiovisual e edições sobre patrimônio cultural, iconografia e documentação histórica em geral.

O Instituto Ibero-Americano mantém biblioteca com 650 mil volumes sobre história, geografia, ciências políticas, etnologia, arqueologia e ciências naturais, sendo a maior coleção européia especializada em América Latina.

Sede nova

A SPHAN/*pró*Memória, através da 8ª Diretoria Regional, adquiriu recentemente uma casa em Cuiabá, para abrigar, após as obras de restauração necessárias, o Escritório Técnico da instituição em Mato Grosso. O imóvel, construído no século XIX, está localizado à Rua Sete de Setembro nº 390, na área central da capital matogrossense, tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ver matéria sobre este assunto neste número). A operação de compra envolveu recursos da ordem de Cz$ 5 milhões.

O início das obras de restauração do imóvel está previsto para o próximo ano, assim que a 8ª DR elaborar o projeto de recuperação. Até lá, serão realizados serviços de reparos e limpeza com o objetivo de garantir a integridade da casa, que se encontra desocupada.



Chafariz

A SPHAN/*pró*Memória, através do Escritório Técnico de Cachoeira (BA), acaba de restaurar o Chafariz Imperial, monumento histórico tombado do século XIX (1827), que abasteceu a cidade na Praça Dr. Aristides Mílton.

O ET/Cachoeira solicitou à agência do Bradesco, vizinha ao Chafariz, a iluminação do monumento com refletores, proporcionando, dessa forma, um melhor visual do imóvel e da praça.



Fotos: Arquivo SPHAN/*pró*Memória

Vídeos

A SPHAN/*pró*Memória, através da *pró*Memória Vídeo, acaba de concluir oito vídeos previstos no programa de trabalho determinado pela Presidência e que visam à produção de programas de divulgação do patrimônio cultural e natural brasileiro (*SPHAN* nº 41, págs. 12 e 13). Os vídeos intitulam-se *Veiga Valle, o Santeiro de Goiás, A História da Ocupação de Goiás, pelos Filhos da Terra, Aprendendo com os Objetos, Patrimônio, a Descoberta, Distrito Federal: Patrimônio Natural, Distrito Federal: Acampamentos Pioneiros* e Brasília: Distrito Federal.

Além desses programas, a *pró*Memória Vídeo traduziu para o português o vídeo *On Guard: Security is Everybody's Business* (*Atenção: Segurança é Problema de Todos*), do Smithsonian Institution. Em linguagem técnica, aborda a questão da segurança em museus. A gravação da trilha sonora em português foi realizada nos estúdios da Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen), no Rio de Janeiro.

Temas

Os temas dos programas *Veiga Valle, o Santeiro de Goiás* e *A História da Ocupação de Goiás, pelos Filhos da Terra* foram idealizados a partir do Museu de Arte Sacra da Boa Morte, que detém um precioso acervo do artista Veiga Valle, e do Museu das Bandeiras, ambos localizados na cidade de Goiás (GO). A abordagem não enfatiza os acervos dos museus, mas situa-os dentro de uma determinada época. No caso, a intenção é focalizar a vida e a expressão da obra de Veiga Valle e resgatar a história da ocupação do Centro-Oeste brasileiro, a partir do episódio das Bandeiras procurando sempre relacionar os temas com o momento presente.

Os vídeos serão exibidos nos museus e casas históricas vinculados à SPHAN/*pró*Memória, particularmente nos dois museus situados em Goiás, e circularão pelas escolas de primeiro e segundo graus da cidade e do Estado. Pretende-se que sejam veiculados, também, em casas de cultura, pontos turísticos e universidades.

Os programas *Aprendendo com os Objetos* e *Patrimônio, a Descoberta* possuem caráter didático e destinam-se a professores de primeiro e segundo graus das escolas do país. Ambos foram produzidos com o concurso da consultoria da Coordenadoria de Acervos Museológicos da SPHAN/*pró*Memória. Os vídeos sobre o Distrito Federal, por sua vez, contaram com a consultoria do Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília (GT/Brasília).

Qualquer setor da SPHAN/*pró*Memória interessado em exibir os programas deve se comunicar com a *pró*Memória Vídeo através dos telefones (061) 224-7911 e (061) 214-6243.

Cartas

"Sou estudante do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso e tenho grande interesse nas questões relativas à preservação do patrimônio ambiental, arqueológico, artístico e histórico nacional. Tomei contato com o Boletim SPHAN/pró*Memória no EscritórioTécnico de Cuiabá e, tendo em vista meu interesse nesse assunto, solicito uma assinatura desse veículo de comunicação e, se possível, também o recebimento de números atrasados."*

— Cláudio Quoos Conte — Cuiabá — MT.

"Sensibilizados, vimos pela presente agradecer a V. S.ª a atenção e a gentileza de nos enviar o Boletim SPHAN/pró*Memória, essa conceituada Fundação. Aproveitamos a oportunidade para parabenizar a equipe pelos excelentes assuntos abordados, especialmente aquele que discorreu sobre Cascatinha, parte integrante do nosso Município. Ficamos orgulhosos de ver ressaltada a nossa terra. Queremos registrar ainda nosso reconhecimento pelo trabalho sério e fundamental, no que se refere à preservação e à valorização da cultura de nosso povo."*

— Sônia Regina Scudese Dessimoni Pinto — Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Petrópolis — RJ.

"Sou estudante universitário e foi entusiasmado em conhecer o trabalho desenvolvido por essa Fundação, como também acompanhar e permanecer em contato, que decidi escrever. Como tenho grande interesse pela nossa história, destino-me à busca de componentes, referências e subsídios que possam contribuir para a pesquisa de assuntos e eventos relacionados. Possuidor do Boletim SPHAN/pró*Memória n.º 41, manifesto nesta oportunidade o interesse que tenho em adquirir uma assinatura."*

— A. Santos — Aracaju — SE.

"Saber o que se está fazendo em termos de preservação de nosso patrimônio é obrigação não só de nós, jornalistas, mas de todo brasileiro que ama as suas raízes e a sua história. Gostaria muito de receber, a partir de agora, o Boletim *ou qualquer outra publicação editada pela Fundação Nacional* pró*Memória, que deve ter o apoio irrestrito daqueles que se interessam pela cultura deste país."*

— Gérson Siqueira — Santarém — PA.

"Chegou às nossas mãos um exemplar do Boletim SPHAN/pró*Memória — março/abril de 1988 — e desejamos cumprimentar a equipe pelo excelente nível das matérias apresentadas. Gostaríamos de receber o* Boletim *regularmente, pois os assuntos abordados são pertinentes à nossa área de atuação."*

— Marco Alzamora — Coordenador do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná.

"Considerando-me uma pessoa que lê muito e por exigência da profissão (Professor de Português e Literatura — 1.º e 2.º graus) um eterno curioso pela nossa cultura e pelos problemas do Brasil, tive, há poucos dias, o privilégio de folhear, por acaso, o Boletim SPHAN/pró*Memória sobre Congonhas e sinceramente gostaria de parabenizá-los pelo excelente trabalho. Fiquei muito interessado em conhecer o trabalho da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para ampliar os meus conhecimentos, divulgar o seu trabalho e aprimorar as minhas aulas sobre literatura brasileira para o 2.º grau, tendo em mão este riquíssimo material editado por vocês. Gostaria de saber o que devo fazer para receber, se possível, todos os exemplares disponíveis do* Boletim, *principalmente os que focalizem as cidades históricas mineiras, incluindo o n.º 41 sobre Congonhas."*

— Pedro Dias Gonçalves — Guarulhos — SP.

*"Com uma cordial visita, venho através deste parabenizar a equipe da SPHAN/pró*Memória *pelo* Boletim *n.º 40, onde vocês fizeram uma excelente matéria sobre a capacidade de "Serro — Memória Cultural", divulgando a nossa região e resgatando a memória sócio-cultural do Serro. Acho urgente fazer o mesmo com Conceição do Mato Dentro, Milho Verde, São Gonçalo dô Rio das Pedras, cidades vizinhas que estão precisando, assim como Diamantina, preservar os seus monumentos históricos, sua memória e seu acervo cultural. Peço, por gentileza, enviar-me regularmente o* Boletim, *pois achamos importantíssimo para o nosso trabalho de informações e pesquisas. Quero manifestar o interesse deste Departamento em receber também os números anteriores."*

— Ivo Pereira da Silva — Diretor do Departamento de Turismo de Diamantina — MG.

O Boletim SPHAN/pró*Memória agradece a correspondência recebida, comprometendo-se em atender as diversas solicitações encaminhadas.*

EXPEDIENTE

Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
José Sarney

MINISTRO DA CULTURA
José Aparecido de Oliveira

SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL / PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA
Oswaldo de Campos Melo

EDITOR RESPONSÁVEL
Maria de Lourdes Castro Oliveira

REDAÇÃO
Rodney Dias Ribeiro
Maria da Graça Nobre Mendes
Marcus Vinícius De Lamônica Freire
Francisco Cereto

REVISÃO
Sylvio Clemente da Motta

DIAGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA
Aimojara Xavier e Gioietta Timóteo

PESQUISA E EXPEDIÇÃO
Denise Taveira do Couto